



Fórum Nacional em Defesa da **Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social**

INCIDÊNCIAS COLETIVAS PARA REAFIRMAR A LUTA

BRASÍLIA (DF) - 2024





Fórum Nacional em Defesa da **Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social**

INCIDÊNCIAS COLETIVAS PARA REAFIRMAR A LUTA

BRASÍLIA (DF) - 2024



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 12º Região

ABEPSS
Associação Brasileira de Especialistas em Serviço Social



Expediente

Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: incidências coletivas para reafirmar a luta
CFESS, Brasília (DF), 2024

Organização

Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade

Composição:

CRESS-PR - Andrea Luiza Currálinho Braga e Marcelo Nascimento Oliveira

CFESS - Adriana Soares Dutra e Tales Fornazier

ABEPSS - Erlenía Sobral do Vale

ENESSO - Matheus da Costa Mota

Projeto gráfico e diagramação

Marcos Pereira (Feeling Propaganda)

Capa

Rafael Werkema

ISBN

978-65-86322-16-3

Nosso endereço

Setor Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21 – 20º andar

CEP: 70322-915 - Brasília – DF - Tel: (61) 3223-1652

Tel: (61) 3223-2420

cfess@cfess.org.br / www.cfess.org.br

Diretorias

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Gestão *Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente! (2023-2024)*

Presidenta: Erlenias Sobral do Vale

Secretária: Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Tesoureira: Roberta Menezes Sousa

Coordenação Nacional de Graduação: Elivania da Silva Moraes

Coordenação Nacional de Pós-Graduação: Maria das Graças e Silva

Coordenação de Relações Internacionais: Ester Luiza de Souza Lemos

Suplentes

Ruth Ribeiro Bittencourt

Maria Helena Elpídio

Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação

Leonardo Dias Alves

Suplente Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação

Karoline Lucia Santos Cunha

Rep. Nacional Discente de Graduação

Felipe Vinicius Mendonça da Silva

Suplente Rep. Nacional Discente de Graduação

Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins

Conselho Fiscal

Daniela Ribeiro Castilho

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Gustavo Javier Repetti

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PR 11ª Região

Gestão Ousadia de Sonhar e Resistir na Construção do Amanhã Desejado (2023-2026)

Presidenta: Olegna de Souza Guedes

Vice-presidente: Ilda Lopes Witiuk

1º Secretária: Emanuelle Pereira

2º Secretário: Marcelo Nascimento de Oliveira

1ª Tesoureira: Francisca Maria de Assis

2ª Tesoureira: Eliane Cristina Lopes Brevilheri

Suplentes

Andréa Luiza Currealinho Braga, Adriele Volpato Craveiro, Adriana Aparecida dos Santos, Jackson Michel Teixeira da Silva, Tânia Mara da Silva e Claudiana Tavares da Silva Sgorlon.

Conselho Fiscal

Ester Taube Toreta

Silvana Marta Tumelero

Adriana Maria Matias

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão *Que nossas vozes ecoem vida-liberdade (2023-2026)*

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)

Vice-presidente: Marciângela Gonçalves Lima (AL)

1ª Secretária: Emilly Marques (ES)

2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)

1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Kneviz (RS)

2ª Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

Conselho Fiscal

Jussara de Lima Ferreira (RJ)

Angelita Rangel Ferreira (MG)

Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

Suplentes

Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)

Mirla Cisne Álvaro (RN)

Karen Albini (PR)

Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)

Adriana Soares Dutra (RJ)

Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)

Gestão *Lélia Gonzalez* – (2024/2025)

Arthur Beserra Moraes

R5 - Discente ABEPSS (Indicação Nacional) / Formação Profissional

Bruno dos Santos Martins

R5 - Sócio Cultural

Francisca Júlia Costa Rabêlo

R1 - Discente ABEPSS (Indicação Nacional)/Formação Profissional

Geovanna Caixeta Santos

R3 Combate as Opressões

Glenda de Sales Rocha

R4 – Movimentos Populares

Laís de Oliveira Souza

R5 - Movimentos Populares

Marcelli Cristina França Marinho

R1 – Finanças

Matheus da Costa Mota

R2 – Secretária

Thamires Moreira Estavarengo

R4 – Comunicação

Vitória Barbosa Moreira dos Santos

R4 – Secretária

Agradecimentos

Esta publicação é, como o próprio nome diz, fruto de incidências coletivas de várias entidades e sujeitos que se comprometeram com a defesa da formação e trabalho com qualidade no Serviço Social. Aqui listamos as gestões que contribuíram, de alguma forma, para este material.

ABEPSS

“Aqui se respira luta!” (2021-2022)

“Em luta seguimos atentas e fortes, Luciana Cantalice presente”(2023-2024)

CFESS

“Melhor ir à Luta com Raça e Classe em defesa do Serviço Social” (2020-2023)

“Que nossas vozes ecoem vida-liberdade” (2023-2026)

ENESSO

“Se o presente é de luta, a nós pertence o futuro!” (2022-2023)

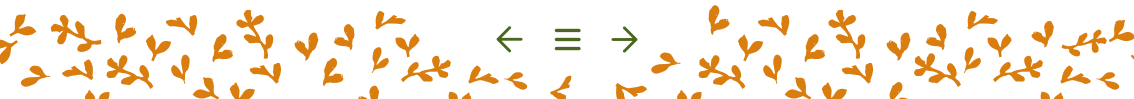
“Reacender para Revolucionar: Por uma ENESSO Combativa!” (2023-2024)

“Lélia Gonzalez (2024-2025)”

CRESS-PR

“Unidade na Resistência, Ousadia na Luta” (2020-2023)

“Ousadia de Sonhar e Resistir na Construção do Amanhã Desejado” (2023-2026)



SUMÁRIO

Apresentação	10
Formação e trabalho de qualidade: reflexões acerca dos dilemas e perspectivas da atuação profissional (<i>Yolanda Guerra</i>).....	15
Trabalho e formação profissional: breve histórico do Fórum Nacional, reflexões sobre a articulação necessária e estratégica na organização do Serviço Social brasileiro (<i>Maria Helena Elpidio</i>)	36
Em defesa da Diversidade Humana na Formação e no Trabalho de Assistentes Sociais no Brasil (<i>Silvana Mara de Moraes dos Santos, Adrianyce Angelica Silva de Sousa, Débora Rodrigues Santos</i>).....	58
Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade: o estado da arte (<i>Andréa Luiza Curralinho Braga, Cristiana Lima, Janaina Bilate, Jussara Assis</i>)	87
Mapeamento de prioridades e incidências do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social na atualidade (<i>Andréa Luiza Curralinho Braga, Bruna Viviani Viana, Marcelo Nascimento de Oliveira, Vanessa Rocha</i>)	109

Apresentação

Mais de 15 anos se passaram desde a criação do Grupo de Trabalho e Formação Profissional, de âmbito nacional, deliberação do 37º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS (2008), para a construção de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior. De lá até aqui, muitas águas rolaram...

O Grupo de Trabalho ofereceu uma importante contribuição à criação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social, criado em 2017, que deu continuidade às ações de articulação e fortalecimento da luta coletiva da categoria vinculando o trabalho e a formação das e dos assistentes sociais com o objetivo de defesa de uma educação emancipada, da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como à garantia dos princípios e normativas profissionais.

Desde o lançamento da campanha “Educação não é *fast food*”, ainda na época do GT em andamento, depois, com a campanha “Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”, já como uma ação do Fórum Nacional, reafirmamos a luta coletiva em defesa da formação e do trabalho profissional. Essa perspectiva impulsionou outras ações, tais como: as reflexões sobre a incompatibilidade do EaD com a formação em Serviço Social, o enfrentamento ao movimento Escola sem Partido, a elaboração de material sobre

o ensino e o trabalho remoto em tempos de pandemia e outras estratégias vinculadas à luta contra a precarização do ensino e na defesa de uma educação Antirracista, Antipatriarcal, AntiLGBT+fóbica, Anticapacitista, Antimperalista e Anticapitalista. Plenárias e Reuniões Ampliadas do Fórum ocorreram em diversos momentos, de 2017 até agora. Muito foi feito e muito temos a fazer!

O coletivo que constitui o Fórum também aprovou suas diretrizes, herdou um importante Plano de Lutas, fruto do GT nacional, e está, neste momento, impulsionando o seu processo de revisão e atualização, refletindo um amadurecimento neste percurso, na medida em que busca dar centralidade às ações que possam ser efetivadas no tempo de gestão, sem, no entanto, desconsiderar os eixos que dão sentido à sua existência. Além das ações presentes no Plano de Lutas, configuram como ações prioritárias, para o ano de 2024, a elaboração de uma página virtual e a publicação desta Brochura.

O resgate da história do Fórum inclui o protagonismo dos sujeitos individuais e coletivos que constroem essa luta e reafirmam a relação indissociável entre formação e trabalho, traduzidas em defesas que impulsionam para que possamos incidir na educação e na qualificação teórico-prática, com base em uma agenda política comum das entidades nacionais, organizações e pessoas de diversas regiões e contextos.

A incorporação de novas reflexões, ações e debates que



subsidiem a leitura crítica da realidade se mostram fundamentais neste processo, sobretudo porque as relações de trabalho e a formação profissional continuam a nos desafiar cotidianamente. Entre governos mais à esquerda ou à direita, as investidas do capital na educação e na precarização do trabalho permanecem avançando em ritmo acelerado.

O uso capitalista das inovações tecnológicas sinaliza o desfazimento das fronteiras que separam o trabalho (mal) remunerado de outras esferas da vida social, alongando o tempo de “produção” e da dinâmica das relações na presencialidade cotidiana. Um processo que sobrepõe mais valia absoluta e relativa, causando marcas, muitas delas irreparáveis, na saúde física e mental de trabalhadoras(es).

Pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (2022), sobre o Perfil de Assistentes Sociais no Brasil, indica que a profissão é formada, em sua maioria por mulheres negras, 63,4 % com salários inferiores a R\$ 5.000,00. O duplo vínculo, realidade cada vez mais presente na profissão, mostra-se maior entre assistentes sociais autodeclaradas negras. A representação desses dados nos sinaliza para os determinantes da identidade de classe, de gênero e raça-etnia, como tem sido apontado nas últimas décadas. Nossos desafios para qualificar o trabalho profissional perpassam, necessariamente, a qualidade da formação profissional. Nesse sentido, o crescimento da graduação em EaD (38,22%) entre assistentes sociais formadas a menos de 5 anos é outro dado da pesquisa que chama a atenção.

Instituições privadas com fins lucrativos sobressaem como formadoras, sendo as principais responsáveis pela renovação dos quadros profissionais (CFESS, 2022).

Se a ampliação de vagas no ensino privado é alarmante, a situação das universidades públicas não aponta acalento. Mesmo com o esforço de recomposição mais recente, o rebaixamento do orçamento das Universidades federais nos últimos 10 anos, somado às dificuldades de reposição do corpo docente, condições de trabalho cada vez mais precárias impactam a formação discente e, conseqüentemente, o trabalho profissional.

Diante de uma realidade desafiadora, o Serviço Social tem, historicamente, optado pela mobilização coletiva. Nesse aspecto, essa brochura é também um convite à luta! Para uma profissão que “não foge da raia e enfrenta o leão” convidamos assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, sujeitos coletivos a construir e consolidar estratégias de resistência aos retrocessos na educação e no contexto do trabalho profissional.

Almejamos que esta Brochura, possa ser mais um instrumento para fortalecer a articulação coletiva. Que o Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social e outros movimentos de resistência como o movimento estudantil, as comissões de formação, de orientação e fiscalização dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, ações da ABEPSS, sindicatos e entidades somem ainda mais forças. Finalizamos com

Milton Nascimento e Elis Regina:

“Se muito vale o já feito

Mais vale o que será

E o que foi feito é preciso

Conhecer para melhor prosseguir

[...] Outros outubros virão Outras manhãs plenas de luz e de sol”.

Avante para as lutas!


CFESS – Gestão “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade!” (2023-2026)

CRESS-PR – Gestão “Ousadia de Sonhar e Resistir na Construção do Amanhã Desejado” (2023-2026)

ABEPSS – Gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024)

ENESSO – Gestão “Lélia Gonzalez” (2024/2025).





Formação e trabalho de qualidade: reflexões acerca dos dilemas e perspectivas da atuação profissional

Yolanda Guerra

1.Introdução

A etapa de financeirização do capital, como tendência para contrarrestar a queda da taxa de lucro, acarreta uma precarização estrutural. Esta, aliada à nova base sociotécnica do trabalho na sociedade burguesa (robótica, telemática, automação, enfim, a chamada revolução digital), vem provocando mudanças que se efetivam no *modus operandi* da profissão com implicações técnicas, éticas e políticas. As reflexões que trago visam problematizar de forma sucinta as transformações no trabalho e na formação profissional a partir das mutações na base sociotécnica do trabalho, impondo-nos desafios e nos exigindo a construção de estratégias coletivas para seu enfrentamento.

2. A contextualidade histórica como fundamento ontológico das transformações no trabalho e na formação profissional

Não há como desconsiderar que o mundo não é mais o mesmo. Temos nos confrontado com mudanças significativas em todas as esferas da nossa existência que impactam substancialmente nosso cotidiano pessoal e profissional. A dinâmica da vida contemporânea se expressa pela sensação de encurtamento do espaço e do tempo, tão bem problematizada por David Harvey no seu livro “A condição pós-moderna” (1993), como uma percepção equivocada de fim de uma etapa na qual o trabalho como forma de produção e reprodução possui centralidade na vida social.

Do aprofundamento da tendência destrutiva do capital na atual fase do capitalismo, cujo novo modelo ou regime de produção prioriza o capital portador de juros, erige a falsa percepção de que ali se define o destino da classe trabalhadora.

As consequências deste período histórico são múltiplas, diversas e complexas. É preciso entender a financeirização como uma terapia para contrarrestar a queda da taxa de lucro e manter o giro do capital, que causa profundas mudanças e influxos tanto no processo de produção social (nos âmbitos das condições e gestão do trabalho e das relações trabalhistas) quanto no processo de reprodução (novas formas de estranhamento, fetichismos, reificação e de ideologias que sustentam essa lógica de produção). Mas o que esse processo esconde é justamente que o valor não se reproduz por si mesmo.

No processo de produção/reprodução do valor há uma mercadoria especial que tem a capacidade de gerar mais valor do que ela mesma: a força de trabalho.

Marx demonstra que o lucro do capitalista reside na apropriação indevida da força de trabalho do operário por parte do capitalista¹. Então, longe de suspeitar que o trabalho vivo tenha desaparecido, é preciso desvelar os fundamentos do chamado trabalho morto, do capital fictício e captar as metamorfoses pelas quais o trabalho passa na contemporaneidade, bem como, a partir destes fundamentos, deslindar as novas configurações do trabalho de assistentes sociais.

2.1. Desvelando as bases da financeirização e seus impactos no trabalho e na formação profissional

Assim, a hegemonia do capital financeiro deve ser entendida no âmbito das profundas metamorfoses, reestruturações e reformas realizadas pelo capital para enfrentar as suas crises. No período do

¹ No Livro III de O Capital Marx analisa os diversos processos empenhados na direção de manter ou ampliar a taxa de lucro e, principalmente, a massa de lucro, a fim de enfrentar a sua queda tendencial. São medidas tomadas na direção de contrarrestar a tendência, tais como o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo do seu valor, as inúmeras tentativas de barateamento dos elementos do capital constante, a necessária superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital acionário (MARX, 2017). Sem essa leitura não se entende os métodos utilizados para isso, desde a aplicação da tecnologia (que na sua essência é poupadora de mão de obra), passando pela participação das empresas da área da educação no mercado de ações (a partir de 2008), e o trabalho em home office ou em domicílio, até o papel do crédito, dentre outras transformações recentes, como as novas formas de controle sobre trabalhadores/as nos âmbitos da produção e da reprodução social.

pós-1970, a crise do capital ganha elementos inéditos, que foram identificados por István Mészáros (2002) como estruturais, globais, sistêmicos, que indicam a inviabilidade do sistema do capital e de seus metabolismos (dentre eles o Estado), pondo à luz sua tendência de destruir a humanidade. A crise atual, que certamente não será a última, engendra um conjunto de transformações, inaugurando novas estratégias de acumulação do capital que se concretizam via diminuição/substituição do trabalho vivo, de modo a diminuir o impacto do capital variável na composição orgânica do capital. A partir daí, tem-se uma precarização do trabalho de novo tipo, com a redução da utilização do trabalho vivo e do custo da força de trabalho, com a destruição de direitos e precarização de vínculos trabalhistas.

Qual é a relação entre a financeirização do capital e a atual morfologia do trabalho, termo utilizado adequadamente por Antunes (2014), para mostrar a diversidade de formas pelas quais a compra e venda da força de trabalho se realiza?

A hipótese com a qual vou trabalhar é a de que a lógica da financeirização do capital, que aparentemente cresce sem lastro, cuja valorização depende da rapidez, fluidez e de sua capacidade de giro, altera, profundamente, tanto as condições e relações de trabalho como o perfil de trabalhador/a, mas não apenas: impacta também o conteúdo do trabalho e o seu *modus operandi*. Dito em outras palavras: o trabalho não é mais o mesmo e as formas de realizá-lo também não o são. Mas essa constatação seria falsa se ficasse apenas aí: **o que**

não muda no trabalho é sua capacidade de gerar valor, ainda que muito limitada pelas condições nas quais o próprio trabalho se realiza na contemporaneidade. **O que não se altera é a condição do trabalho enquanto substância do valor** (MARX, 1995a).

Os novos processos produtivos têm implicado uma economia de trabalho vivo, o que eleva a composição orgânica do capital e conduz a dois resultados: a queda na taxa de lucro; o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária. (NETTO, 1992). Não é casual que tais processos exigem uma mudança no perfil de trabalhador/a que responda a essa “nova” configuração do mercado de trabalho caracterizada por vínculos instáveis e precários, dentre eles diversas formas de subcontratação, condicionada, cada vez mais, pela desregulamentação do trabalho, especialmente no Brasil pós-década de 1990. São transformações de grande intensidade trazendo uma “onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho” (Antunes, 2014). No mesmo período, a contrareforma da educação se faz à luz da chamada “pedagogia das competências”, que surge no contexto de crise estrutural do capital com uma intencionalidade política muito nítida, visando desviar a atenção do desemprego estrutural crônico, na etapa de acumulação flexível, mediante as requisições de requalificação profissional, de polivalência e multifuncionalidade, da supressão das especializações e das formações disciplinares, sob a lógica do processo de Bolonha, visando um perfil de trabalhador/a adaptativo, desespecializado, desprofissionalizado e transdisciplinar capaz de

atender as competências requeridas pelo mercado de trabalho. Esta formação por competência está voltada aos atributos individuais. É evidente que o avanço tecnológico também possibilita desqualificar vários segmentos de trabalhadores e substituí-los. Estudiosos/as vêm mostrando que a pedagogia das competências foi a pedra fundamental que tem permitido a mera adequação da formação às exigências do mercado. A partir dessa contrarreforma, nota-se que o conhecimento é cada vez menos centrado em fundamentos e saberes disciplinares, mas, sim, na aprendizagem de competências para resolução de problemas, num saber instrumental, num saber-fazer, através do qual o conhecimento é validado pela sua utilidade, com a intenção de preparar trabalhadores/as que passem de uma ocupação a outra².

Dentre as significativas mudanças operadas no mundo do trabalho, como bem desenvolve Antunes (1998), nota-se que, ao mesmo tempo em que há a desproletarização do trabalho industrial e fabril cresce o assalariamento do setor de serviços. Há a crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho, além do trabalho infantil e do trabalho de migrantes, acometidos pela degradação e desproteção, configurando uma divisão sociosexual e racial do trabalho desigual e diferenciada. Para ele, no “capitalismo financeirizado da era informacional desenvolve-se cada vez mais uma

2 Uma reportagem da BBC News mostra que a “Inteligência Artificial” poderia potencialmente substituir o equivalente a 300 milhões de empregos em tempo integral. A matéria indica essa substituição em termos de 46% das tarefas administrativas e em 44% das profissões jurídicas, que poderiam ser automatizadas. Acessível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgr8kydkj9po>.

simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo, uma vez que o mesmo trabalho executa frequentemente atividades que geram valor e, simultaneamente, conferem a qualidade do que realizaram” (2014, pp. 50-51).

Seguramente já temos elementos que nos permitem identificar o trabalho de assistentes sociais e o perfil a ser formado. Por certo, as mudanças na conjuntura provocam, inevitavelmente, mudanças no significado social (e histórico) da profissão. Esta determinação concreta nos suscita inúmeras questões que só a pesquisa rigorosa poderá desvelar.

Nessa linha de análise, partimos da hipótese de que as tendências mais gerais do capitalismo contemporâneo, acima esboçadas, em especial as de eliminação da força de trabalho, de mutações sociotécnicas no processo de trabalho e do controle social/organizacional do trabalho, repercutem no trabalho de assistentes sociais.

3. Mudanças na base sociotécnica e implicações ao trabalho e à formação profissional

Dentre as inúmeras e complexas alterações ocorridas no exercício e na formação profissional, vou me ater naquelas resultantes da introdução de uma nova base técnica no trabalho através da robótica, da telemática, da automação, da digitalização, o que vou chamar de mudanças na base sociotécnica do trabalho.



Não casualmente, esta fase do capitalismo tem sido denominada de capitalismo manipulatório (Alves, 2007, 2011), capitalismo de plataformas (Srnicek, 2018), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018).

Temos visto o crescimento da utilização das tecnologias em todas as instancias da nossa vida. A utilização de robôs tem se ampliado em todas as áreas: na saúde, na indústria, na segurança, na previdência social, bem como a implantação de projetos de digitalização em vários campos. Na saúde já se fala numa Reforma Sanitária Digital. Os diversos Chats abreviam o processo de pesquisa e de conhecimento, alterando completamente o sentido da educação, a exemplo do Chat GPT, dentre tantas outras mudanças que afetam nosso cotidiano. Tem-se, portanto, mudanças substantivas com a utilização das tecnologias nas políticas sociais: a plataformização ou digitalização das políticas sociais mediada por aplicativos, tanto complexifica e, em muitos casos, dificulta o acesso da população negra, quilombolas, indígena, periféricas, com deficiência³, que não dispõe destes dispositivos de acesso quanto impacta o trabalho profissional de assistentes sociais que atuam no âmbito destas políticas.

Para desenvolver essa reflexão é preciso indicar algumas evidências recolhidas da realidade: 1) está havendo uma ampla,

³ Questiona-se a linguagem utilizada pelas plataformas nos serviços públicos e sua difícil navegabilidade. Além disso, alguns serviços continuam sendo disponibilizados somente por plataformas digitais, o que impede o acesso àqueles que não dispõem dos meios necessários para fazê-lo.



geral e irrestrita Reforma Digital do Estado⁴; 2) a adoção de novas Tecnologias da Comunicação e da Informação na sociedade, a plataformização das políticas sociais não é sinal de avanço ou de melhores condições de vida da classe trabalhadora, muito menos de facilitação do acesso e/ou diminuição da desigualdade social⁵; 3) essas mudanças vem alterando substantivamente os significados sociais da profissão.

Nessa perspectiva é preciso buscar sobre quais fundamentos as transformações societárias e seus impactos nas várias dimensões do Serviço Social podem ser interpretadas, com vistas à construção de indicativos que orientem a formação e o trabalho profissional.

Assim, não se trata de ser contra ou a favor das transformações tecnológicas no trabalho e na formação profissional. A análise crítica nos permite evitar posturas dicotômicas como o ilusionismo

4 Esta reforma, tendo por mote a gestão por competências e por resultados na Administração Pública, visa a implantação da Estratégia Governo Digital. Já se contabilizam o quantitativo de servidores que serão dispensados ou não repostos no serviço público. Dentre as inúmeras frentes dessa reforma, está o REUni Digital, que visa ampliar vagas no ensino superior, por meio da educação a distância (EaD) nas universidades federais.

5 Somente a título de exemplo, o pesquisador Tarcizio Silva, em fundamental entrevista ao blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, se utiliza do termo “racismo algorítmico” para explicar “como tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pelo privilégio branco fortalecem a ordenação racializada de conhecimentos, recursos, espaço e violência em detrimento de grupos não brancos”. Acessível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-Atualizacao-do-racismo-estrutural>. Acesso janeiro/2024.

tecnológico⁶, de um lado, e o determinismo tecnológico⁷, de outro, prevalecendo uma leitura a partir dos fundamentos histórico-ontológicos da relação do ser social com a técnica/tecnologia, sempre considerando, como nos adverte Marx (1995a) que uma máquina (ou tecnologia-YG) é um instrumento de trabalho. Contudo, ele continua: ela se torna instrumento de opressão de trabalhadores em determinadas relações sociais. Nesse âmbito, na etapa do capitalismo em que nos encontramos, a tendência é a de que não apenas a maquinaria exerça controle e direcione a força de trabalho, mas que a substitua. Assim, é preciso dizer em que circunstância históricas a técnica, que é criação humana e mediação entre o homem e a natureza, passa a ser instrumento de opressão, controle e dominação de homens e mulheres.

Vou apresentar algumas hipóteses que me parecem explicativas do que vem ocorrendo com a nossa profissão nos últimos anos, a partir da constatação de que vem se gestando um Serviço Social com novas feições. Ao que parece, ele se afasta da cultura profissional crítica dos anos 80 do século passado, configurando mudança substantiva nos significados da profissão. Dado que os

6 Concebendo-se a tecnologia como uma panacéia que resolve todos os problemas: do aumento da produtividade, das metas inalcançáveis, da flexibilidade de horários, da suposta autônoma profissional, dentre outras ilusões tecnológicas.

7 Refere-se à concepção de que as finalidades da tecnologia estão predeterminadas por uma racionalidade própria. Estamos entendendo que a finalidade da tecnologia é dada por homens e mulheres e ela é uma variável dependente da luta de classes, de modo que é possível que atenda (ainda que parcialmente) os interesses da classe trabalhadora, ainda que, na sociedade burguesa os interesse dominantes sejam sempre os interesses das classes dominantes.

significados da profissão são sempre históricos e não são dados por ela mesma, a meu ver, esses significados **podem ser captados pelas requisições que chegam à profissão.**

Neste sentido, as requisições institucionais postas à profissão, que advém do Estado e de suas instituições⁸ são indicadoras, além do lugar da profissão na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, da sua funcionalidade ao Estado, do perfil profissional requisitado pelo mercado, bem como dos conhecimentos, habilidades, valores que estão sendo solicitados às profissionais.

Tais requisições expressam e indicam o *modus operandi* das respostas profissionais bem como a intencionalidade acionada nas respostas que, por sua vez, direciona a escolha dos instrumentos, técnicas e do modo de utilizá-los.

Com base nessa hipótese, venho observando que pela via das requisições somos levadas a alterar o significado histórico da profissão e, ao mesmo tempo, com a digitalização das políticas sociais tem havido alterações substantivas no seu *modus operandi*, em face de requisições cada vez mais conservadoras, mais inusitadas, feitas a profissionais cada vez mais precarizadas, que realizam um conjunto tarefas simples, desespecializadas e desprofissionalizadas.

⁸ Ainda que, através de múltiplas mediações, contemplem e representem as necessidades do capital. Nota-se que há uma diferença entre demandas das classes sociais e requisições institucionais, ainda que estas expressem, não de maneira direta nem imediata, as demandas do capital e do trabalho.

As políticas sociais, por sua vez, mediação da maior importância para a profissão, estão cada vez mais digitalizadas. A plataformização das políticas públicas no Brasil está alterando o modo de fazer profissional. **As políticas sociais plataformizadas estão customizando a profissão, nos convertendo, de operadoras de políticas sociais, em profissionais operadoras da tecnologia pela lógica do algoritmo.** Isso ocorre com todas as políticas sociais. Mais uma vez, estamos ameaçadas de perder a formação profissional para as políticas sociais (Guerra, 2019).

Existe um conglomerado de empresas que atuam na elaboração de plataformas a serem utilizadas nas políticas sociais públicas, o que evidencia que a lógica a elas subjacente se afasta totalmente da perspectiva de universalização tão almejada pela classe trabalhadora.

A isso somam-se as condições de uma precarização estrutural no nosso trabalho. A pesquisa realizada pelo CFESS (2022) indica uma categoria bem empobrecida, composta de um quantitativo de 92,92% que se identifica com o gênero feminino; de 50,34% que se auto reconhece como preta e parda, com uma concentração salarial de 24,52% que ganha entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00. A desigualdade salarial no que se refere ao gênero e étnico-racial são evidentes. A grande maioria da categoria (52,97%) concluiu o curso em instituição privada com fins lucrativos, seguida, de longe, pelas instituições públicas federais (18,63%).

Esses dados reforçam o quanto as condições de trabalho e de vida e da formação profissional da nossa categoria estão precarizadas.

As atividades do setor de serviços, nas qual a maioria da categoria se insere, têm se convertido em atividades lucrativas. Estudos tem indicado que o setor está cada vez mais submetido à racionalidade do capital e à lógica dos mercados ou, como diz a pesquisadora Fernanda Bruno (2018): à racionalidade dos algoritmos. Em algumas pesquisas, também, verifica-se que tais mudanças já atingem em cheio a nossa profissão. Essas formas de vinculação com o serviço público trazem mudanças tanto na natureza do contrato do serviço a ser prestado como do conteúdo do trabalho⁹.

Já temos há algum tempo a contratação por pregões, ou seja, a contratação de profissionais pelo menor salário. Estudo feito por Santos e Stampa (2020) aponta que essa forma de contratação atinge em cheio a profissão, em especial na Política de Assistência Social e no Sistema de Saúde¹⁰.

A tese de doutorado de Alisson Cleiton de Araújo, defendida na UFPE (2022), mostra como tem se ampliado a terceirização de profissionais no setor público que através de processos licitatórios concorrem aos editais para realizarem as mais diversas

9 Desde a pesquisa que realizamos no Procad Casadinho, entre os anos de 2012 a 2016, já havíamos observado mudanças substantivas no conteúdo do nosso trabalho quando estudamos as requisições indevidas ou inadequadas e vimos, por ex., que no Programa Saúde da Família assistentes sociais pesam e medem crianças, orientam as mães sobre cuidados com os filhos, promovem aulas de culinária e de puericultura.

10 Ver o interessante artigo publicado na Revista O Social em Questão, 2020.

atividades: análise socioeconômica, estudo social, atendimentos individuais, entrevistas, visitas domiciliares, elaboração de laudos e pareceres sociais, elaboração de projetos, com normas e padrões preestabelecidos, a serem executados, prioritariamente, por empresas especializadas em serviços profissionais. Essa realidade também tem sido constatada pelas Comissões de Fiscalização dos CRESS.

Há **significativas mutações sociotécnicas** que são acompanhadas de mudanças ético-políticas **no processo, na organização e no controle social do trabalho com repercussões no nosso trabalho profissional**¹¹. As tecnologias oferecem uma nova base técnica e a revolução digital, a chamada inteligência artificial, a robótica, subsumem nosso trabalho intelectual e nossas decisões ético-políticas e a digitalização das políticas sociais levam a estas alterações. Desconhecemos qual a racionalidade incorporada nestes programas que interfere, e por vezes se confronta, com a racionalidade da profissão e da profissional que deles se utiliza.

Essa tendência de mudança no modo de realizar o trabalho, que é resultado da crise estrutural do capital e de sua tentativa de restaurar as taxas de lucro, como já mencionei, foi potencializada pela crise sanitária da COVID 19, que apareceu como o período do “vale tudo”. O lockdown permitiu o espraiamento do trabalho em domicílio, o trabalho e o ensino híbridos e as novas jornadas de

¹¹ Retomando a minha hipótese: os sentidos do trabalho, sua centralidade na constituição do ser, não se alterou. Sua funcionalidade na manutenção do modo de produção também não se alterou, mas o modus operandi do trabalho, sim.



trabalho. As mudanças no trabalho colocam para as várias profissões o teleassalariamento; com ele um trabalho em tempo integral, totalmente intensificado, sem limites e desprovido de direitos laborais. O celular se converte em uma extensão da nossa vida ou a nossa própria vida. Tanto o trabalho quanto a formação profissional hoje são mediados por equipamentos de informática, cujo conjunto se constitui na telemática e nas tecnologias de informação. Porém, eles não deixam de ter as características da precarização estrutural: instável, flexível, intensificado, desregulamentado, destituído de direitos. Além disso, o trabalho em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino. Aqui ocorre um sobretrabalho, que em geral produz sofrimento e desgaste emocional, fundamentalmente, mas não exclusivamente, para as mulheres. Isso se explica nas raízes da nossa sociedade: o Brasil se insere de maneira periférica e dependente na economia mundial e se submete ao imperialismo, com fortes ranços coloniais. Temos impregnada na nossa cultura, as marcas de uma sociedade escravocrata, racista, ainda que sob a narrativa da democracia racial. Com seu Estado patrimonialista que se realiza sob uma autocracia burguesa, o Brasil reproduz a acumulação de capital baseada na superexploração da força de trabalho, reproduz a opressão sobre as mulheres, que se evidencia na forma como nos inserimos na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho. Assim, a opressão e superexploração da força de trabalho não são traços circunstanciais ou contingentes. Estão na base da estrutura do modo de produção e da nossa formação sociocultural.

Certamente na nossa sociedade autocrática, **pela via dos algoritmos e plataformas, se exerce o controle e vigilância da população pobre.** Estudiosos de várias áreas vem chamando a atenção de que é preciso conhecer os mecanismos desses sistemas que capturam dados e tomam decisões baseadas em algoritmos. Não controlamos os indicadores da utilização de TIC no trabalho profissional, que, embora determinada pelas contradições do capitalismo, tem incidido de forma objetiva e subjetiva sobre assistentes sociais, capturando a dimensão intelectual do nosso trabalho e limitando nossa autonomia.

O que temos visto é que essa racionalidade tecnológica e algorítmica tem colocado as diferentes disciplinas profissionais a serviço da acumulação/valorização do capital, visando a aplicação de um conjunto de conhecimentos ou princípios direcionados à produtividade, de modo a reduzi-las a meras técnicas ou tecnologias sociais. Estas incidem não apenas sobre o ritmo e velocidade dos trabalhadores/as, mas no seu modo de fazer, o que leva a determinados resultados. **As tecnologias se convertem em formas de determinar o *modus operandi* de trabalhadores/as.**

Cabe notar que os sistemas que mediatizam o trabalho profissional são previamente programados a partir dos interesses de corporações e estão voltados para o cálculo racional, materializado em indicadores cujos critérios estão pautados na relação custo-benefício para o capital.

A introdução de instrumentos informatizados, regidos por critérios que desconhecemos, altera a dinâmica, o ritmo de trabalho, sua intensidade, e tanto leva ao enxugamento dos recursos humanos quanto, especialmente, **retira das profissionais a possibilidade de exercer sua autonomia técnica com competência e criticidade, criatividade e compromisso.**

Há uma combinação explosiva: à precarização dos espaços sócio-ocupacionais, caracterizados pelas políticas sociais, cujos equipamentos nem sempre dispõem de telefone (nem fixo, nem móvel), acesso a computadores e internet, ou até mesmo espaço físico que garanta o sigilo dos sujeitos com os quais trabalhamos, mesclam-se as plataformas digitais, aparentemente sofisticadas, cuja lógica nos é desconhecida. Nestas parcas condições de trabalho, profissionais tendem a utilizar seus recursos para permitir o acesso dos usuários aos serviços oferecidos, agora, apenas por meio de plataformas digitais, o que remete a um mercado paralelo, ainda que muito precário, de serviços de apoio à utilização de plataformas. O que as pesquisas vêm mostrando é que nestes espaços, as dificuldades de resguardar situações pessoais põe em risco o direito do usuário ao sigilo profissional.

É preciso pesquisar: em que medida as TIC interferem na nossa autonomia técnico-profissional, em que medida ela altera o modus operandi da profissão, em que medida elas nos colocam requisições que não estão previstas nas nossas atribuições e/ou que

ferem a ética profissional. **Ao mesmo tempo, é preciso pesquisas o quanto da nossa especialização, do nosso trabalho intelectual, está contemplado nestas plataformas digitais.**

Considerações Finais

Sabemos que a tecnologia deve ser definida como uma mediação complementar e não como um elemento definidor do trabalho e ou da formação profissional, onde os instrumentos se confundem com os conteúdos e valores e os subsumem. É nessa perspectiva que as tecnologias são ferramentas e não princípio nem do trabalho nem da formação profissional, de modo que a pesquisa e a produção de conhecimento sobre o tema devem ter em conta as contradições suscitadas na e pela realidade. Também é mister sinalizar o papel da formação profissional: é preciso formar profissionais que saibam lidar com a tecnologia utilizada com competência teórica e técnico-operativa, comprometidos com a qualidade dos serviços prestados na direção do nosso projeto profissional.

Concluo com algumas propostas como pistas para os diversos segmentos da categoria, para as entidades e para a sociedade civil organizada:

-Cabe-nos, coletivamente, envidar esforços em estudos e pesquisas que possam desvelar o atual significado social da profissão;



- É preciso debater coletivamente os fundamentos sobre os quais vamos interpretar a utilização da tecnologia, buscando estabelecer os limites do uso das inovações tecnológicas no trabalho e na formação de qualidade, evitando o risco de que elas se autonomizem do nosso projeto profissional.

- É urgente debater e defender políticas públicas de inclusão digital universais, lutar para que o governo dote as universidades de plataformas públicas de recursos didáticos, de redes abertas que venham a atender efetivamente a massa da classe trabalhadora, criando canais de acesso a bens, serviços e políticas sociais.

- É fundamental defender a universalização do acesso às políticas sociais e uma educação pública, gratuita, laica, democrática, plural, diversa, de relevância social.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, 2011. Disponível em: jan./2024. https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=marFW60AAAAJ&citation_for_view=marFW60AAAAJ:M3ejUd6NZC8C. Acesso em: 15 jan. 2024.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. A mercadorização dos serviços sociais públicos : tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. **Tese (Doutorado em Serviço Social)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/431>, 2008. Acesso em: 12 mar. 2022.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Trabalho, Emprego e Renda • Estudos Avançados**. n. 28 (81) • Ago 20124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfd3Yw6YXTTB3YXL>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANTUNES. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Y. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? In: Guerra, Y; Leite, J; Ortiz, F. **Temas Contemporâneos em Serviço Social**. Campinas-SP: Papel Social, 2019.

HARVEY, David (1993). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola.

MARX, K. **O capital** [Livro I e II]: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 a e b.

MARX, K. **O capital** [Livro III]: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.


MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução GIACOMETTI, A. Buenos Aires: 2018.

Zuboff, S. (2018). Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: F., Bruno, B., Cardoso, B., M. Kanashiro, M., L., Guilhon e L., Melgaço, L. (Orgs.). **Tecnologias da vigilância: perspectivas da margem**. (pp. 17-68). Boitempo.

SANTOS, Tatiane Valéria Cardoso dos; STAMPA, Inez. Contratação por pregação como expressão da precarização social do trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. In: **O Social em Questão** - Ano XXIII - nº 47 - Mai a Ago/2020 p. 85 – 112.



Trabalho e formação profissional: breve histórico do Fórum Nacional, reflexões sobre a articulação necessária e estratégica na organização do Serviço Social brasileiro

Maria Helena Elpidio¹

1. Introdução

O texto visa resgatar o histórico da constituição do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social (2017), diretrizes, desafios e estratégias iniciais deste espaço organizativo, considerando a relevância da articulação entre Trabalho e Formação profissional em Serviço Social.

Para cumprir com este objetivo, abordaremos brevemente como o debate sobre a articulação entre Trabalho e Formação profissional constituiu historicamente como uma das principais

¹ Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES), doutora em Serviço Social (UERJ), pós-doutora em Serviço Social (UFJF). Pesquisadora CNPq - PQ2. Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces e pesquisadora do NEAB (UFES). Coordenadora do grupo de estudos sobre o pensamento de Clóvis Moura (UFES/UFF). Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2017-2018). E-mail: lenaeabreu@gmail.com

estratégias de construção e direção política, teórica e organizativa do Serviço Social brasileiro. Esta afirmação pode ser atestada no resgate histórico do processo de renovação e ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, tendo por marco, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Social (CBAS) em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”.

O impulsionamento deste processo se materializaria nos anos posteriores, até o presente, de forma decisiva nos rumos e direção social da profissão, com implicações empíricas da reorganização das entidades (Cfess/Cress. Abepss, Enesso) em seu conjunto legal, normativo, institucional e político. São provas incontestes deste legado os amplos debates e ações concretas em torno da reformulação dos currículos, do avanço da pesquisa e pós-graduação, da articulação da categoria com movimentos e lutas sociais em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tais avanços reunidos foram e, ousou afirmar que ainda são as forças propulsoras dessa profissão no movimento da sua história. Ou, do giro que nos faz conceber a compreensão e concepção do Serviço Social na história. (Iamamoto, 2007; Yamamoto, Santos, 2021; Yazbek, Yamamoto, 2017; Yazbek, Yamamoto, 2021; Oliveira, 2019).

Os resultados de cada aspecto aqui rememorados sumariamente, não serão detalhados. Mas, certamente são os alicerces para a construção coletiva e democrática do cariz de um Serviço Social crítico e renovado, muitas vezes denominado como

Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. (Netto, 2005; lamamoto, , 2007; Elpidio, 2021; Lemos, Matos, Ramos, 2021)

Nessa direção, a primeira parte do texto recupera o contexto desafiador que fez aprofundar na profissão as estratégias de articulação entre as entidades da categoria frente ao crescimento avassalador do ensino à distância, iniciado nos anos 2000 e que hoje concretiza as projeções de um quantitativo profissional presente em muitas teses. Destaco algumas: da proletarização exacerbada (Netto, 2010) da precarização do trabalho e de uma formação aligeirada e quantitativamente forçada a se constituir em um exército assistencial de reserva (lamamoto, 2007) e, de uma mudança no perfil profissional (Pereira, Almeida, 2012). Além de inúmeros efeitos deletérios do EaD, do desmonte e sucateamento das universidades públicas e de uma redefinição piorada nas instituições privadas presenciais. (Lewgoy, 2007; Lima, 2008; Pereira, 2009; Guerra, Braga, 2009)

Na segunda seção apresenta propriamente as bases para a criação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social (2017), suas diretrizes, organização e propostas iniciais pensadas naquele momento como importantes para a ampliação e capilarização de estratégias de defesa do trabalho e da formação preconizadas no Código de Ética (1993), nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e demais instrumentos políticos organizativos e acadêmicos da profissão.

Por fim, as/os convido para algumas reflexões e possíveis pistas para o fortalecimento do Fórum e demais instâncias de organização em defesa da qualidade do trabalho e formação profissional na atualidade. Lembrando que a concepção de profissão está alicerçada na crítica radical da sociedade capitalista (Carvalho e Iamamoto, 1995; Iamamoto, 2017) e nesta perspectiva, articula Trabalho e Formação como processos indissociáveis. Não se trata de um *duo* e sim, de uma dialética que se apoia na concepção do trabalho como elemento fundante para a produção e reprodução da vida social.

É nesse movimento de agravamento da questão social que se exige a retomada desse debate e da sua práxis política, em um exercício atento e permanente de alinhar teoria e prática, como dispositivos necessários à coerência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

*“O tempo não pára”?*² É necessário consolidar cotidianamente a direção da profissão tão disputada e sensivelmente implicada pelas novas prerrogativas do trabalho estranhado no capitalismo em crise, com novas morfologias e demandas profissionais (RAICHELIS, VICENTE, ALBUQUERQUE, 2018), que acentuam a precarização e a mercantilização de todas as coisas. Sigamos a cultivar o legado de resistência e de luta desta profissão.

² Inspiração na composição: Arnaldo Brandão/Cazuza (1998).



2 . A história recente de desafios na defesa do trabalho e da formação profissional

Para a retomada do registro de criação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social (2017), vale recuperar brevemente alguns elementos marcantes do contexto desafiador no qual o Serviço Social brasileiro como parte e expressão do movimento da sociedade, como uma profissão inserida na dinâmica do trabalho coletivo, sofre com os impactos deletérios do aprofundamento do neoliberalismo e social liberalismo dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000.

Essa conjuntura foi amplamente analisada e criticada no seio profissional, com uma vasta produção acadêmica e posicionamentos das entidades que ajudaram a contar esta histórica, cujos capítulos trouxeram impactos definitivos para a profissão em termos quantitativos e qualitativos. São inúmeros os episódios que conformaram tal conjuntura, considerando o objeto desta reflexão, priorizo alguns aspectos deste contexto relacionados ao ensino superior.

O processo de mercantilização da educação no Brasil é parte do conjunto das contrarreformas do Estado em resposta ao capitalismo em crise, por meio de políticas anticíclicas e regressivas próprias do neoliberalismo (Mészáros, 2003; Behring, 2003; Mota, Rodrigues, 2020; Netto, 2005; lamamoto, 2007; lamamoto, 2017.).

Alterações substantivas nas políticas econômicas, no marco regulatório da educação na transformação da educação em mercadoria, abriram o caminho para grandes multinacionais direcionarem seus investimentos para grupos educacionais em todo território nacional. Inspirados na transformação da Universidade funcional aos moldes do tratado de Bolonha, fragilizando ainda mais a autonomia universitária e seu caráter público, laico, gratuito e de qualidade. (Guerra, Braga, 2009; Lima, 2007; Leher, 2019.)

Esta lógica fragmenta ainda mais as universidades entre as referências de excelência com o tripé ensino, pesquisa e extensão; e as demais, focadas no ensino voltados para a tecnificação, o barateamento e o aligeiramento da formação. Baixo custo, grande oferta, empresariamento – ingredientes para a entrada do Ead como modalidade da formação no ensino superior no Brasil, voltados em especial para cursos tidos como populares e mais baratos, acessíveis a segmentos mais precarizados da classe trabalhadora. (Pereira, 2009; Santos, Abreu, 2011).

Para não perder de vista o impacto desta modalidade para os cursos de Serviço Social, as pesquisas e documentos das entidades apontaram indicadores precisos que revelaram o interesse do mercado em nichos como os cursos de serviço social, sempre ranqueados entre as primeiras posições em número de ofertas e ocupação de vagas no EaD, ficando atrás somente das

licenciaturas e em alguns momentos, de administração. (Cfess, 2014, 2015)

Nesta esteira, uma perversa composição conforma o ensino superior: se por um lado, a expansão atrai setores populares que não chegavam à Universidade. Por outro, a oferta de uma mercadoria sob a roupagem do acesso ao direito ao ensino superior traz para milhares de estudantes trabalhadores um “Canto da Sereia”, pois são submetidos aos processos de ensino que desvinculam a função precípua da universidade que é a produção e socialização de conhecimentos para a sociedade por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. (Santos e Abreu, 2011, p. 132)

Desde 2000, as entidades representativas de assistentes sociais intensificaram os debates e produções acerca das mudanças no ensino superior e da precarização da formação. Buscou-se reforçar a lógica da democratização do ensino, com garantia de qualidade na formação de profissionais capacitados para intervir na realidade brasileira, conforme perfil crítico preconizado nas Diretrizes Curriculares.

Este movimento que fez aprofundar na profissão as estratégias de articulação entre as entidades da categoria frente ao movimento de tornar a Universidade um modelo funcional e

empresarial (Chauí, 2001), promoveu um crescimento avassalador do ensino à distância, iniciado nos anos 2000 e que hoje já concretiza as projeções de um quantitativo profissional que confirmaram muitas das teses apontadas nesta quadra histórica. Destaco algumas: da proletarização exacerbada (NETTO, 1995); da precarização do trabalho e de uma formação aligeirada e quantitativamente forçada a se constituir em um exército assistencial de reserva (IAMAMOTO, 2007) e; de uma mudança no perfil profissional (PEREIRA, 2009). Além de inúmeros efeitos deletérios do EaD, do desmonte e sucateamento das universidades públicas e de uma redefinição piorada nas instituições privadas presenciais. (LEWGOY, 2007; LIMA, 2008)

Entretanto, a política de educação neoliberal defendida, hoje, determina *o perfil do profissional que se pretende formar*: um profissional eficaz e eficiente para atender, unicamente, às necessidades do mercado, portanto esse profissional é formado *para* o mercado. A universidade é instituída, exclusivamente, para transmitir conhecimentos que atendam à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho, imprimindo à universidade brasileira um viés mercantil e empresarial com incentivo à privatização, submetendo-a aos interesses empresariais. (Santos, Abreu, 2011, p. 136)

A profissão obteve um salto quantitativo de 84 mil profissionais no ano de 2009, atualmente, são cerca de 200 mil assistentes

sociais registrados no país, segundo o Cfess. Este aumento foi acompanhado de um processo de precarização dos serviços e de práticas profissionais que contribuem para a desqualificação e a desvalorização profissional, em um contexto regressivo de políticas sociais universais e públicas.

Os dias aqui dentro e lá fora se misturam nas contradições das telas e dos (des)compassos apressados, desapegados de coletividades e esperanças. É neste cenário de desmontes e de perdas dos referenciais universais, democráticos e emancipatórios e que se exige cada vez mais doses de realidade, lucidez, coragem e quilombagem³ para vencer o mundo perverso da descrença, da destruição e da ruindade do capitalismo em ruínas. (Harvey, 2008, 2011; Mészáros, 2003, 2009).

3 Termo desenvolvido por Clóvis Moura, que evidencia o papel histórico dos negros aquilombados como sistema político em construção de uma práxis social que se opõe à condição de escravizado (dominado), confrontando e ameaçando o regime escravocrata (ou seja, à ordem social, econômica e política). Tem como um dos grandes referenciais o Quilombo de Palmares ou a República de Palmares que resistiu de 1630 a 1695 (Moura, 2020). Ouso dizer que seu legado ainda existe nas resistências e rebeldias negras, quilombolas, indígenas e todas as classes que lutam por “liberdade” e emancipação. Para Oliveira (2009, p. 127) “a quilombagem, define a dinâmica da estrutura social e, para o qual o nível de consciência sobre a realidade, mesmo relativo, não invalida os esforços de luta contra o sistema.”

3. O Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social (2017): breve histórico da criação, diretrizes e objetivos

Neste trecho recupero as diretrizes, organização e propostas iniciais pensadas no processo de constituição do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social (2017) que, naquele momento, foram importantes para a ampliação e capilarização de estratégias de defesa do trabalho e da formação preconizadas no Código de Ética (1993), nas Diretrizes Curriculares da Abepss (Abepss, 1997; Abepss, 2021) e demais instrumentos políticos organizativos da profissão.

Antes, porém, é justo retroceder no tempo para explicitar o processo que remonta os antecedentes desse Fórum. Em setembro de 2008, a partir do 37º Encontro Nacional do conjunto Cfess/Cress, indicou-se a constituição de um grupo de trabalho nacional, envolvendo um Cress de cada região. O conjunto Cfess/Cress,, a Abepss e a Enesso tiveram a tarefa de construir e monitorar a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, considerando as mudanças em curso desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996). A partir de abril de 2009, quando foi finalizado o Plano, desencadeamos conjuntamente a estratégia de colher o máximo de informações sobre a precarização do ensino superior, especialmente sobre a penetração do Ensino à Distância (EaD) no

âmbito da graduação em Serviço Social (Cfess, 2015).

Tais cursos são um projeto de graduação realizados em condições precárias, como mostram os dados do Relatório sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. O Conjunto Cfess-Cress, a Abepss e a Enesso lançam uma campanha nacional que promete esquentar o debate sobre os cursos de graduação à distância em Serviço Social. Denominada “Educação não é fast-food” a campanha visa chamar a atenção da sociedade, de uma forma provocativa, para a realidade desses cursos, comparando as aparentes facilidades do ensino à distância ao processo de aligeiramento e precariedade desta formação. A campanha foi acompanhada por outras estratégias de fortalecimento do debate em torno do trabalho e da formação como processos articulados e indispensáveis para assegurar os princípios da profissão na direção do Projeto Ético-Político. Dentre estes, destacamos a Política Nacional de Estágio da Abepss (2010) e o Projeto “Abepss Itinerante” de 2012, ambos retomando o projeto de formação das Diretrizes Curriculares como algumas das estratégias que permitiram analisar a conjuntura e propor ações para o seu enfrentamento.

Essa estratégia do Plano de Lutas, de caráter temporal, não regimental, foi um exercício importante de articulação entre as entidades, com ações coletivas concretas, considerando as especificidades de cada organização. Essa estratégia foi reavaliada no sentido de ampliar a articulação e a densidade política para agregar

mais atores no processo de defesa do ensino de qualidade.

Assim, o lançamento do Fórum Nacional de Defesa da Formação em Serviço social contra a precarização do ensino superior foi discutido e definido na última reunião do GT Trabalho e Formação profissional, realizada no dia 07 de setembro de 2017, antecedendo ao Encontro Nacional do Conjunto Cfess/Cress.

Em reunião realizada no dia 07 de novembro de 2017, na cidade de Niterói/RJ, por ocasião da Oficina Nacional da ABEPSS, foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social. Nessa reunião, foram discutidas algumas orientações para a construção do fórum e escolhida uma comissão composta por representantes das entidades nacionais (Cfess, Abepss e Enesso) para formular documento orientador para as lutas e atividades desse coletivo. As diretrizes contidas nesse documento orientador, a ser respeitado por todos/as que queiram participar do processo de construção e organização do Fórum Nacional, sistematizam o acúmulo do debate realizado na reunião de criação do mesmo e a contribuição de todas as entidades/instituições que pretendem se organizar nesse espaço. Segue na íntegra três das diretrizes que indicam a centralidade e necessidade constante da indissociabilidade entre Trabalho e Formação profissional, bem como o compromisso da articulação histórica entre as entidades organizativas da profissão. Destaco ainda atenção à sétima diretriz do documento que norteou o funcionamento e a organização do

Fórum, reforçando a responsabilidade das Entidades nacionais na coordenação como protagonistas neste processo:

1. O Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social é um espaço aberto de organização política para o aprofundamento da reflexão, do debate democrático, da formulação de propostas, a troca livre de experiências e da articulação para ações eficazes de entidades, instituições e movimentos sociais e sindicais que se opõem à privatização e mercantilização da educação, à limitação no acesso ao direito à educação superior pública, laica, gratuita e presencial e à precarização da formação de graduação em serviço social.

2. O Fórum Nacional será composto por entidades (como Cfess, Cress, Abepss, Enesso), instituições (como UFAS) que pactuam em seus projetos pedagógicos com as Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, movimentos sociais e sindicais nacionais, regionais e locais, que atuam na defesa da educação como direito, e especialmente na defesa da formação e trabalho com qualidade em serviço social. Busca tornar-se um coletivo permanente, que não se reduz à suas reuniões nacionais, mas se capilariza nas diversas ações coletivas e particulares de seus membros, que atuam na direção dessas diretrizes, considerando as particularidades

e natureza de cada entidade, instituição e movimento que venha a compor o Fórum.

7. As Entidades Nacionais (Cfess, Abepss e Enesso) são parte da coordenação permanente do Fórum Nacional. (Fórum Nacional, 2018, p. s/p) [grifo nosso]

O documento indica ainda a criação de Fóruns Regionais (considerando as regiões do Cfess/Cress, com participação das regionais da Abepss e da Enesso conforme particularidades de cada região), com a ampla participação da base. As ações, atividades e reflexões propostas no Fórum Nacional buscam defender a educação e formação em serviço social que se baseie no pensamento crítico, livre e democrático.

Assim, norteia ainda esse espaço coletivo, a defesa de uma educação referenciada nos interesses das classes trabalhadoras, em sua diversidade, buscando ainda, fortalecer as lutas por direitos sociais e humanos universais.

Destaca a participação estudantil nos espaços de discussão sobre formação Profissional como elemento de muita importância, contando com a Enesso, exercendo seu protagonismo político na direção e atividades promovidas pelo Fórum. Deste modo os anseios



para esse espaço de articulação sempre foi o de se constituir como potencializador e estratégico para coletivizar e fortalecer as ações na defesa da formação e do trabalho de assistentes sociais.

4. Considerações finais

Nota-se nestas trilhas iniciais de organização do Fórum um projeto que visa prioritariamente fortalecer a unidade entre trabalho e formação, vinculada e a perspectiva de totalidade da teoria social crítica. Além de buscar consolidar estratégias de enfrentamento às questões da fragilidade desta unidade, principalmente no âmbito da formação. Por isso, o papel protagonista das Entidades nacionais se apresentou como Diretriz no primeiro documento de sua criação, esse ponto foi amplamente discutido e pactuado nos processos de amadurecimento da formulação deste documento.

Assim, as alterações posteriores que retiraram esta responsabilidade da composição destas entidades como parte permanente das coordenações e desvinculação das ações prioritárias das comissões de formação e planejamento estratégico dessas entidades, carecem ser amadurecidas e reavaliadas.

Muito embora, esta articulação seja garantida por meio de outros mecanismos fundamentais para a defesa da formação de qualidade (a exemplo os termos de fomentos entre Cfess e Abepss, as participações na organização de eventos nacionais das entidades, etc).

A reflexão posta sinaliza que embora enfrentados pela categoria, os processos de precarização seguem em marcha forte e permanente no avanço das disputas em torno do projeto de formação. Com estratégias ainda mais sofisticadas que caminham junto à desprofissionalização da profissão e contornos de uma nova morfologia (com a implementação sistemática e veloz das TICs, que fomentam e viabilizam o teletrabalho, trabalho por peça, fragmentação dos processos, digitalização do trabalho em plataformas digitais) e por outro lado, ao retrocesso da mercadorização dos serviços sociais realizadas por organizações religiosas se proliferam com ênfase no âmbito do SUAS, SUS e sistemas de segurança pública. (Raichelis, Vicente, Albuquerque, 2018).

Estes processos não estão descolados dos impactos da reestruturação produtiva do trabalho e do (ultra)neoliberalismo característicos da crise do capital na era da financeirização. Tal contexto exige da profissão uma leitura crítica e radical do agravamento da questão social e redimensionamento de suas expressões (objeto da profissão).

Partindo do pressuposto em Marx (2013) que há uma divisão social, racial, sexual e territorial do trabalho, acompanhar e fortalecer os movimentos que expressam as lutas e resistências da classe trabalhadora neste quartel histórico nos coloca o legado e a profissão na história. Assim, a crítica precisa se banhar do movimento do real, frente ao crescimento do pensamento conservador e também o pós-

moderno que tentam minar as análises na perspectiva da totalidade histórica na qual estão ancoradas a direção dos fundamentos da profissão (Yazbek, 2018). Há uma constante “batalha de ideias” (Konder, 2009), o que mostra acertada as estratégias da formação permanente e do aprofundamento do movimento mais recente da profissão do reconhecimento histórico da questão étnico-racial e seus atravessamentos de gênero/sexualidade, territórios, condições de vida, existência e resistências. (Elpidio, 2020; Elpidio, Vado, Rocha, 2021)

Segundo Yamamoto (2021, p. 37): “Reconhecendo a diversidade de propostas em disputa na arena do Serviço Social brasileiro, o desafio é manter com garra a luta pela hegemonia no Serviço Social como disciplina científica na defesa de nossa trajetória percorrida e das conquistas acumuladas”.

Por fim, as/os convido para algumas reflexões e possíveis pistas para o fortalecimento do Fórum e demais instâncias de organização em defesa da qualidade do trabalho e formação profissional.

Reforço: Temos uma potente “arma” que é a concepção forjada de um Serviço Social na história, de uma profissão que superou a vulgata do tecnicismo, e por isso, articula Trabalho e Formação. Não se trata de um *duo* e sim, de uma dialética, com base na sua condição de trabalho especializado e assalariado, portanto, alienado e inserido na sociedade de classes. Isso mesmo, “tudo junto e misturado” para alinhar incansavelmente teoria e prática, como

dispositivos necessários à coerência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

Assim, o Fórum deve resgatar diuturnamente este legado junto às entidades organizativas como protagonistas neste campo de luta e resistência construído no Serviço Social brasileiro. É tempo de resistir e sempre florescer, pois “*somos sementes!*”.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. 2009. Disponível em: www.abepss.org.br Acesso em: 10 dez. 2023.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social**. Edição comemorativa trilingue. 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Brasília : ABEPSS, 2021. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ABESS/CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.” In: *Cadernos ABESS nº 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Raul. IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília : CFESS,

2022. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**, vol. 2. Brasília : CFESS, 2014.

Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf Acesso em: 27 dez. 2023.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**, vol. 1. Brasília : CFESS, 2015. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf. Acesso em: 27 dez. de 2023.

CHAÚÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>

ELPIDIO, M. H.; VALDO, J. P. S. ; ROCHA, R. F. **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021.

ELPIDIO, M. H. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do serviço social. In IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) **A história pelo Averso: A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

GUERRA, Y. & BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) **A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Acesso em: 20 jan. 2024 em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhJD6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>

IAMAMOTO, M. **Os desafios da profissão de serviço social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. Diálogos do Cotidiano. Caderno 1. Brasília: CFESS, 2021.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LEHRER, R. **Autoritarismo contra a universidade – o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2019.

LEMOS, E.L.S., MATOS, M.C., RAMOS, S.R. As organizações de defesa do serviço social na América Latina e no Caribe. In IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) **A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MARX, K. **O capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZAROS, I. **O século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo 2003.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, A. E. & Rodrigues, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis** 23 (02), maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?lang=pt>

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala:** Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. 5ª Ed – SP. Ed Anita Garibaldi. Co-ed: Fund. Mauricio Grabois, 2014a.

MOURA. **Os quilombos e a rebelião negra.** 5ª. Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil [1996]. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, 5. reimp. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA E SILVA, M. L. (Org.) **Congresso da virada e o Serviço Social hoje**: reação Conservadora, novas tensões e resistências. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2019, v. 1

OLIVEIRA, F., Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra. **Dissertação de mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PEREIRA, L. D., ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

RAICHELIS, R. VICENTE, D., ALBUQUERQUE, V. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, C. M., ABREU, M. H. E. (2012). Os Impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal. **Revista em Pauta**: Teoria Social Realidade contemporânea, (27), 127–142. <https://doi.org/10.12957/rep.2011.2502> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2502> Acesso em: 18 jun. 2024.

SANTOS, C. M.; ABREU, M. H. E. . Os Impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal. **Revista em Pauta**, v. 09, p. 127-142, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2502/1936>. Acesso em: 18 nov. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.



Em defesa da Diversidade Humana na Formação e no Trabalho de Assistentes Sociais no Brasil

Silvana Mara de Moraes dos Santos¹

Adrianyce Angelica Silva de Sousa²

Débora Rodrigues Santos³

1. Introdução

O Serviço Social brasileiro a partir do final da década de 70 do século XX desencadeia, nos ambientes da formação e do trabalho profissional, um movimento teórico-político de superação de suas bases conservadoras. Mudanças curriculares em nível nacional, notadamente em 1982 e mais adiante em 1996, com a aprovação das

1 Assistente Social. Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Ex-Conselheira do CFESS (2005–2008) e (2008–2011). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre ética e direitos (GEPTED/UFRN). Bolsista de Produtividade/CNPQ E-mail: silvana.mara.morais@ufrn.br

2 Assistente Social. Docente Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Bolsista de Produtividade/CNPQ E-mail: adrianyce@gmail.com

3 Assistente social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cachoeira, Brasil). Integrante do GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social (ABEPSS). E-mail: deborars2@hotmail.com

diretrizes curriculares; nova edição do código de ética profissional em 1986 para situar o debate da ética com os rumos da virada teórico-metodológica que a profissão então vivenciava e em 1993, aprovação do Código de Ética profissional vigente, como produto do amadurecimento da concepção de ética posta no código de 1986.

Ademais, houve imensa capacidade de capilaridade do debate sobre a dimensão política da profissão e a necessidade histórica de articulação com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora. Nessa densa e complexa trajetória, muitas questões instigaram o debate profissional, na perspectiva de tornar factível o entendimento do Serviço Social na história, considerando a apreensão das determinações societárias, que incidem na realidade objetiva e subjetiva, dos indivíduos e dos fenômenos que particularizam o cenário de um país capitalista periférico, dependente, racista e anti diverso e no papel do Estado, notadamente no que se refere à formulação das políticas sociais, no enfrentamento às expressões da questão social.

De tal intensidade e organicidade com as lutas da classe trabalhadora foram o conjunto dessas mudanças profissionais no espaço-tempo de aproximadamente mais de quatro décadas, que foi possível instituir no Serviço Social uma cultura crítica fortemente ancorada na direção social e nos valores próprios do universo de esquerda. É neste sentido, que afirmamos que a profissão tem desenvolvido, mediante, o protagonismo de suas entidades

representativas em nível nacional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), um processo de educação permanente em defesa dos direitos do trabalho, da seguridade social pública e do amplo campo de atuação e de defesa dos direitos humanos e da diversidade humana.

Neste artigo demarcamos as diretrizes curriculares como um marco histórico mais atual da formação profissional em uma perspectiva de totalidade e dada sua densidade de direção social, soma-se aos avanços conquistados na categoria profissional em relação a afirmação da diversidade humana em suas diferentes expressões: antiracista, anticapacitista, antilgbtfóbica, antissexista e antietarista.

Trata-se, portanto, de nosso reconhecimento que temos um projeto de formação profissional, construído por um caminho democrático e de diálogo com as unidades de formação acadêmicas filiadas à Abepss em articulação nos ambientes locais com os conselhos regionais, supervisores/as de estágio e representação estudantil e, em nível nacional, sintonizado, também, com o Cfess e com as lutas sociais da classe trabalhadora.



2. Diretrizes curriculares e formação profissional: uma perspectiva de totalidade

As Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996 são um produto histórico-social, e como tal, seu significado é determinado por essa processualidade. Neste sentido, falar da atualidade dessas Diretrizes, supõe entender como as determinações sociais que explicam sua existência se atualizam no momento presente e, ao mesmo tempo, supõe compreender como os elementos que as constituem dialogam com a realidade atual.

Como produto histórico social, as Diretrizes Curriculares são expressão do processo de renovação profissional, por meio do qual na profissão já tínhamos avanços substantivos na relação e apropriação do pensamento de Marx e, de outros autores da tradição marxista⁴. Santos (2007), denominou este momento de “apropriação ontológica do marxismo” e sua marca histórica localiza-se nos anos de 1982–1983, favorecido pelo clima da transição democrática, dado o seu visível caráter de oposição à ordem autocrática burguesa, assinalando a inserção das posições vinculadas à “intenção de ruptura” em todas as instâncias da vida profissional nos debates da categoria, dando o tom da produção intelectual e atingindo as organizações representativas de assistentes sociais (SOUSA, SANTOS, 2023).

Aqui localizamos as bases de construção da direção social estratégica e sua diretriz o projeto ético político (SOUSA, 2016).

⁴ Para uma análise mais pormenorizada ver Simionato (2018).



Entendendo este projeto, como bem formulado por Guazzelli e Adriano (2016, p. 238), “como marco principal desse processo de construção coletiva da categoria profissional, no qual implicou maturação teórica e lucidez política para resistir a tempos bárbaros”.

Em sua estruturação, esta projetiva que chamamos de projeto ético-político sinaliza o horizonte da formação e do exercício como uma totalidade expressiva da ruptura com o conservadorismo na profissão e resistência, no âmbito profissional, ao movimento da realidade de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e ofensiva sobre as lutas e formas de existência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Nestes termos, ainda que seja uma construção datada, a partir de determinações histórico-sociais que confluíram para fortalecer uma perspectiva crítica na profissão num dado momento da dinâmica social brasileira, seu *continuum* com a realidade atual está justamente na perspectiva de totalidade que lhe funda e lhe estrutura. Mas não só, na perspectiva teórico-metodológica, que alinhava a projetiva ético-política a partir do entendimento crítico das determinações materiais da sociedade burguesa. Estas determinações estão presentes, como parte da totalidade que é esta projetiva, nas Diretrizes Curriculares da Abepss que movimentam a formação e, no Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da profissão que orientam o exercício profissional. Por isso, como advertem Sousa, Santos, Matos, Cardoso e Santos (2023, p. 312),

As particularidades dessa conjuntura neoliberal e reacionária/conservadora não podem ser encaradas pela categoria profissional como uma derrota das diretrizes curriculares e da direção social do projeto ético-político profissional.

Pelo contrário, a diretriz ética política se atualiza como reverso da barbarização da vida, na ausência de leitura crítica da realidade social, nos fundamentalismos, reacionarismos e irracionalismo. Isto significa trazer para o centro da formação profissional, a partir de uma análise fundada na totalidade social, as contradições postas na realidade e o conjunto de mediações que possibilitam reproduzir os fenômenos em suas determinações históricas. Um movimento que pensa não só “A realidade” como algo externo ou estanque, mas como movimento que atravessa a vida dos indivíduos para quem se destina a intervenção profissional, mas também os próprios sujeitos da formação: docentes, discentes e supervisores de campo.

Nestes termos, como a própria realidade é dinâmica e contraditória, é preciso matizar: como a realidade atravessa e impacta o universo formativo? Como a dinâmica social é reproduzida nas unidades de formação acadêmicas? Isto significa compreender o caráter estratégico que a reflexão crítica acerca da forma de ser, viver e existir no capitalismo assume, e, de como isso potencializa uma compreensão da diversidade humana a partir dos fundamentos

ontológicos do campo da ética e dos direitos humanos, para a realização de uma formação humanista histórico-concreta, como a que está apresentada nas Diretrizes Curriculares.

Como bem destacam Sousa, Santos e Cardoso (2013), trata-se de uma formação que não diz respeito a um caráter apenas informativo, mas também formativo

[...] desta formação no que diz respeito não só ao acesso às diferentes informações, mas, e, em especial, ao processo de formação não só de um profissional, mas de um sujeito social que terá na graduação a possibilidade de ver e rever seus valores e práticas, suas posturas na relação com o outro, mas, sobretudo superar, dentre outras questões, entendimento formulado no senso comum do Serviço Social, da sociedade, do papel do Estado, das necessidades sociais e dos interesses dos indivíduos (Sousa; Santos; Cardoso, 2013, p.49).

Nestes termos, compreendemos que o atual quadro de “guerra cultural”, “anti-marxismo” e irracionalismo reatualiza as Diretrizes e referencia sua resistência frente a este quadro de decadência ideológica, uma vez que a leitura crítica, por meio do pensamento de Marx e da tradição marxista, é um dos eixos estruturantes do projeto de formação profissional que sustenta o projeto ético-político da profissão. Este eixo estruturante está

na contramão dos interesses dos segmentos dominantes, para os quais, trata-se de eliminar, banir e rechaçar toda a capacidade crítica e reflexiva do processo de formação e isso já repercute no Serviço Social como bem expresso por Mota e Rodrigues:

O retorno à afirmação de um Serviço Social anti-intelectual, grosseiramente pragmático vem significando no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento uma suposta oposição entre os aportes da teoria marxista e os requerimentos da intervenção profissional, assentada no esquecimento ou desconhecimento do quanto o exercício profissional se referênciava em categorias teóricas para compreender os macroprocessos sociais (Mota; Rodrigues, 2020, p.206).

Neste sentido, a formação profissional pensada a partir da concepção que atravessa as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, deve alimentar sistematicamente, reflexões no que se refere ao sentido da formação de assistentes sociais, considerando criticamente as disputas de projetos de sociedade que se atualizam no universo ideológico e cultural dos segmentos dominantes e que impactam na ruptura com valores democráticos, civilizatórios e emancipatórios. Como analisado por Guazelli e Adriano

o mesmo movimento que reivindica a necessidade das Diretrizes Curriculares como uma das respostas às imposições do capital à po-

lítica de educação e à formação profissional da/o assistente social, é também o mesmo movimento que desafia as entidades e os sujeitos da categoria profissional a inventar e reinventar, articulados às lutas mais amplas dos trabalhadores, estratégias e táticas para a sua validação (2016, p.244).

3. Serviço social e as lutas emancipatórias: um movimento constante

Ao analisar o Serviço Social sob o prisma da História, temos o entendimento do seu posicionamento na contracorrente do conservadorismo numa perspectiva anticapitalista que aponta para uma nova forma de sociedade sem exploração e sem qualquer tipo de opressão. Desse modo, este posicionamento perpassa a totalidade das dimensões constitutivas da profissão, quais sejam: dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Nesse sentido, temos como ponto de partida o Serviço Social como uma totalidade, não havendo uma subordinação de uma dimensão à outra, mas sim uma unidade em que as três dimensões são indissociáveis e interligadas ontologicamente. Ao analisar o papel do Serviço Social nas lutas emancipatórias, temos um posicionamento fortemente embebido numa teoria social crítica que se reveste de elementos éticos e políticos. No debate da profissão muito se discutiu sobre uma unidade entre esses termos que expressam complexos sociais distintos com funções sociais específicas. Aqui entendemos

que não há subordinação da ética à política, nem vice-versa. Há sim uma unidade das dimensões da profissão que perpassam suas análises, sua maneira de ser e seu ethos. Esse fator aponta para o diálogo crítico e a contribuição da profissão para frentes de lutas mais amplas para além das questões pertinentes às demandas profissionais mais imediatas.

Há que se destacar que ao discorrer sobre a ética profissional a entendemos como parte da ética normativa que regulamenta as profissões através dos códigos de ética, dos valores, direitos, deveres, vedações e, não menos importante, de uma base teórica que influencia esse conjunto de elementos e conforma sua cultura profissional enquanto dimensão constitutiva. A ética profissional possui uma relação com a ética como complexo social cuja função social proporciona a articulação das necessidades individuais às do gênero humano. No caso do Serviço Social, nossa perspectiva teórica tem sua base na ontologia do ser social a partir da contribuição lukacsiana e se fundamenta no entendimento que a ética permite que o ser social compreenda a si mesmo e vincule conscientemente suas necessidades às necessidades do gênero humano. O ser social tem a capacidade de analisar as alternativas de modo a valorá-las conscientemente através de um processo de decisão e escolha (Santos, 2018).

Isto posto, é importante demarcar a relação da dimensão ética com características constitutivas da política. Lembrando que a



função social da ética é a articulação entre os interesses individuais e coletivos, temos que refletir sobre suas conexões com a função social da política. Segundo Brites e Barroco (2022, p. 36), “o campo da ação política é o da luta de classes, da oposição entre projetos societários, entre ideias e valores, em processos de luta pela hegemonia”. A dimensão política envolve o posicionamento mais amplo por um determinado projeto societário que conforma um conjunto de valores em sua cultura e influencia escolhas e ações concretas. Desse modo, entendemos que o Serviço Social converge numa mesma dimensão elementos éticos e políticos que apontam para uma unidade cujos valores éticos e escolhas fundamentam ações políticas no campo da afirmação do projeto societário, que defende hegemonicamente e que se contrapõe à ordem estabelecida pelo capital e a qualquer forma de desigualdade, de exploração e opressão. Portanto, tais ações no campo da práxis têm uma tônica ética, pois estão na direção de se articular a interesses da coletividade na vida cotidiana que estão posicionados na ruptura com o conservadorismo. Vemos aqui um profícuo campo de conexões entre ética e política, guardadas as suas especificidades. Nesse sentido, as referidas autoras asseveram:

Podemos dizer, então, que ética e política formam uma unidade na diversidade. Na sociedade de classes, a política é o campo da luta de classes, das lutas ideológicas entre projetos e ideias. A ética visa à objetivação de valores e à persuasão dos homens em termos de valores, o que ocorre no campo da ideologia política. Nesse sentido, a ética pode

servir de parâmetro na direção do estabelecimento dos valores acordados por grupos e classes que dirigem as ações (Brites; Barroco, 2022, p. 37).

Não obstante suas diferenças, ética e política conformam uma dimensão da profissão e possuem conexões ontológicas nas suas interações, principalmente considerando que a profissão não é neutra e tem um compromisso explícito pela emancipação política nos marcos da sociedade atual. A ética numa perspectiva ontológica não se restringe a meras escolhas individuais, guardada a importância dessa ação, mas vai além e pressupõe a crítica de valores tradicionais/desvalores enraizados na sociedade do capital. Mesmo com o significativo legado da ruptura com o Serviço Social tradicional, a interlocução com o pensamento marxista e todos os avanços que demarcam a direção social da profissão, está em curso uma disputa de valores que se apresentam como desvalores acirrados no contexto da barbárie: o racismo, a intolerância, o ódio, a xenofobia, a misoginia, a violação da diversidade humana, os preconceitos, a violência, entre outros. Combater tais desvalores constitui, também, uma demanda de luta ética na direção de um perfil profissional crítico, de resistência, de disputa e de ruptura com o conservadorismo e todas as formas tradicionais. Na perspectiva da ontologia materialista, a ética pode nos permitir a realização da crítica à sociabilidade burguesa com as mediações para decisões

e respostas profissionais sob o prisma dos valores éticos. O horizonte dessas ações é muito vasto e engloba a participação política do Serviço Social nas lutas emancipatórias, a defesa dos princípios éticos, as escolhas e ações concretas na direção da crítica ao conservadorismo, à moral dominante e às formas de relações sociais próprias da sociabilidade burguesa.

Cabe destacar que a intenção de ruptura com o conservadorismo foi forjada num momento em que o Serviço Social explicitou a dimensão política da profissão e negou a suposta neutralidade anterior, demarcando ao longo de mais de quarenta anos o compromisso com as bandeiras de luta das entidades organizativas da categoria e das lutas sociais mais amplas no Brasil. Atualmente, com tantos ataques conservadores que colocam em xeque a condução das nossas entidades, torna-se uma necessidade premente reafirmar a importância destas, bem como viabilizar informações sobre as possibilidades de participação que coadunam com a direção social da profissão.

A relação do Serviço Social com as lutas emancipatórias tem muitas vertentes, aqui vamos explicitar algumas que consideramos importantes para o debate da formação profissional no contexto da defesa da diversidade humana.

Em primeiro lugar, entendemos que a cultura da participação nas lutas e nos movimentos sociais é um traço da formação sócio-histórica brasileira. Sempre houve resistências por parte dos sujeitos

sociais que lutam historicamente por melhores condições de vida e de existência na sociedade como um todo que interferem dentro e fora do Serviço Social, pois seus agentes profissionais atuam em movimentos dessa natureza na contracorrente dos movimentos autoritários no país. Segundo Chaves (2021, p. 325), a história do Brasil é “evada por lutas, revoltas populares e movimentos sociais desde a sua origem, no processo de colonização até o tempo presente, configurado pela crise estrutural do modo de produção capitalista”.

A relação entre o Serviço Social e as lutas emancipatórias possui como base histórica os marcos da renovação profissional, mais precisamente a Intenção de Ruptura com o conservadorismo, quando se questionam as bases conservadoras e se conectam com as lutas num contexto político de mobilização contra a Ditadura Militar. Segundo Chaves (Idem):

Essa chave conceitual, discursiva, investigativa e interventiva também marca a história do Serviço Social brasileiro nessa conjuntura, que embora constituída de pactuações pelo alto, foi marcada pelo pulsar do tensionamento travado nas lutas sociais (Chaves, 2021, p. 325).

Embora nem sempre tenha sido assim. Para refletir sobre isso retomamos aspectos da trajetória do Serviço Social em nosso país. Se na sua origem a profissão foi marcada pela convergência com um projeto conservador, inclusive na formação, na sua trajetória

também assistimos a questionamentos que possibilitaram a luta por uma nova base de legitimidade profissional para além do Serviço Social Tradicional. Como já vimos, a intenção de ruptura trouxe para o Serviço Social um movimento de mudanças teóricas, éticas e políticas. Nesse sentido, destacamos a dimensão política-organizativa nas lutas emancipatórias mais amplas, movimentos sociais, partidos, sindicatos, entidades da categoria, entre outras. Nesse contexto, assistimos a “processos de mobilização da sociedade civil, às lutas sociais por direitos e ao compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora e com a luta por uma sociedade sem exploração de classe, gênero e étnico-racial” (Ibdem).

A participação ativa nas lutas emancipatórias permite enfrentar o conservadorismo, negar a neutralidade e marcar a posição política através da construção coletiva no Serviço Social Brasileiro que demonstra a atualidade da sua agenda de lutas. Na perspectiva da dimensão ético-política, o compromisso com as lutas emancipatórias tem uma relação com os princípios éticos da profissão que conformam seus valores e baseiam as escolhas éticas e ações políticas mediante a sua direção social que se expressa em escolhas coletivas como profissão.

Por fim, destacamos que a formação profissional é um processo de reflexão e disputa em torno de um projeto profissional que se articula a um projeto societário e a um determinado campo de valores. Desse modo, entendemos que as lutas emancipatórias

perpassam os valores éticos e exigem a efetividade de ações que proporcionem essa reflexão crítica sobre o modo de viver imposto pelo sistema do capital. Falar sobre ética, valores e princípios formativos nos provoca a pensar como essa sociabilidade burguesa é forjada e em que bases se constitui produzindo e reproduzindo desigualdade social, violação de direitos e da diversidade humana que demandam a luta por melhores condições de vida e apontam para a necessidade premente de uma sociedade emancipada.

A discussão que desenvolvemos aqui se apresenta por essa via ao compreender o movimento do Serviço Social nas lutas como parte da dimensão ético-política a partir de uma concepção ontológica da ética que nos permite o entendimento do ser social, das escolhas, das alternativas mediante situações concretas que exigem esse processo valorativo ético entre o singular e o universal. E nessa avaliação comparativa específica da Ética fazemos uso dos valores para apreender o real, e fazer escolhas e dar respostas profissionais. Não podemos seguir pela via dos desvalores e da reprodução deletéria de formas opressivas, tais como naturalizar os preconceitos, o racismo, o capacitismo, a lgbtfobia, o sexismo e o etarismo. Seguimos nesse movimento constante de articulação com as lutas emancipatórias para explicitar que nossa discussão tem sido pela via anticapitalista e de combate aos desvalores. E para tanto consideramos a ética como elemento transversal na formação profissional que tem potencialidade para aprofundar a crítica radical ao mundo burguês e promover reflexões acerca das lutas necessárias

no ambiente da formação profissional.

É fundamental, portanto, fazer mediações que possibilitem, simultaneamente, o entendimento sobre a necessidade de construção pela classe trabalhadora de um novo projeto societário e a criação de estratégias que potencialize a capacidade de resistência e de enfrentamento no espaço-tempo mais imediato da vida social e profissional. Para combater todas as formas de preconceitos e discriminações na realidade social precisamos abrir o caminho na formação profissional, inserir referências, conteúdos, desenvolver pesquisas e projetos que demonstrem o compromisso político da profissão com a agenda de lutas do Serviço Social e que fortaleçam um perfil profissional nessa direção com rigor teórico e crítica radical para contribuir com uma formação profissional que defende e participa das lutas emancipatórias.

4. Considerações Finais: diversidade humana como o reverso da fragmentação e das formas de particularismos

Em termos de síntese, vale registrar que a inserção da diversidade humana na formação profissional de assistentes sociais no Brasil integra uma processualidade histórica iniciada com o processo de renovação profissional. Foi, portanto, no ambiente de aproximação com as necessidades reais da classe trabalhadora que o serviço social passa a conhecer a heterogeneidade e múltiplas

expressões da diversidade presente na composição desta classe e dos indivíduos sociais. Apesar disso, não podemos deduzir que tal inserção tenha sido mecânica e imediata, como algo naturalmente derivado da “virada” teórico-metodológica de 1979 e do processo de ruptura com o conservadorismo que se abriu a partir daquele momento histórico. Não foi assim! A incorporação de um tema no debate e na agenda profissional é, quase sempre, resultado das condições objetivas de desigualdade social e de violação de direitos e da insistente luta teórico-política de gerações de profissionais. Nada vem sem debates, polêmicas e construção coletiva em nível nacional. São características históricas de um modo democrático de construção do Serviço Social e, ao mesmo tempo, reveladoras das dificuldades e tensões, ainda que em um ambiente de uma profissão que vem construindo, por meio do projeto ético-político, uma cultura crítica fundada em uma perspectiva dialética e de totalidade.

A organização da resistência e das lutas dos movimentos sociais, sindicais e dos partidos políticos de esquerda proporcionou com mais densidade histórica a identificação e o reconhecimento da importância da diversidade na vida concreta. Quando nos referimos, portanto, a existência da diversidade no modo de ser e viver dos indivíduos não estamos propondo algo abstrato, que possa ser entendido num suposto lugar meramente subjetivo, sem conexão com as bases materiais da existência humana.

Precisamos considerar que diferentes perspectivas teóricas



abordam a diversidade, especialmente após a visibilidade política de sujeitos coletivos os mais variados que emergiram na cena pública. E este uso e abuso do termo, utilizado muitas vezes como uma expressão “geleia”, em que parece que todos/as/es estão tratando a temática uniformemente gerou, de certo modo, desconfiança teórica quanto a sua relevância, notadamente no campo crítico da produção intelectual. Resta-nos questionar: qual termo ou concepção em nosso debate profissional ou mesmo na área das ciências humanas e sociais não é apreciado por diferentes perspectivas teóricas? Por acaso, somente para citar alguns exemplos, Estado, sociedade civil, assistência social, direitos, consciência são analisados somente nas bases do pensamento materialista, crítico e de esquerda? Óbvio que não e nem por isso desconsideramos a relevância social e acadêmico-profissional desses complexos sociais e termos/concepções. A crítica ao uso da concepção de diversidade humana, portanto, carece de discernimento teórico-ético-político: afinal, a qual diversidade estamos nos referindo?

No campo do pensamento liberal, para a noção de diversidade foi desenvolvida uma verdadeira apologia do direito à diferença em detrimento da possibilidade histórica da realização da igualdade substantiva. A consequência desse entendimento favoreceu a ampla socialização do estado de fragmentação das necessidades humanas e da própria organização dos grupos/segmentos, contribuindo na criação de divisores intransponíveis na elaboração das estratégias de luta. A lógica perversa da “minha

liberdade termina quando começa a do outro” se dissemina facilmente, sob o prisma de que determinada luta é exclusiva de determinados sujeitos e grupos. Cria-se o suposto inimigo que assim deve ser tratado, mesmo que pertença a imensa legião dos que vivem sob o signo da exploração e da opressão.

A solidariedade de classe que seria o antídoto para o isolamento social e político de determinadas questões, demandas e sujeitos e, também, para enfrentar a fragmentação perde vitalidade na condução política de vários processos de luta. Isto porque é subtraída a possibilidade de pensar a classe em sua diversidade de raça/etnia, de inserção no mundo do trabalho, de vivência das sexualidades, da identidade de gênero, da diversidade sexual e demais expressões da diversidade. A fragmentação com tendência às formas variadas de particularismos, de acirramento político e da competitividade tomam o lugar da solidariedade e da identidade de classe. O ethos liberal-burguês se agiganta envelado pelo individualismo, personalismo e demais implicações deletérias da sociedade capitalista em seu momento de crise estrutural e de avanço do ultraneoliberalismo, conservadorismo e da extrema-direita.

Nossos fundamentos teórico políticos são de outra natureza, que buscam identificar: as condições concretas de existência; o modo de produção e reprodução social; as determinações que estão na raiz dos processos de violação dos direitos e da violência que levam à barbárie na vida social; à decadência ideológica; à naturalização de

preconceitos, das formas opressivas e anti diversas. Assim, podemos afirmar que a concepção de diversidade em uma perspectiva de totalidade ganha relevo teórico-político no próprio entendimento da individualidade, que só pode ser entendida em relação dialética com a sociabilidade (Santos, 2019).

Isto significa que quando entendemos que todos os indivíduos são diversos e que essa característica assume uma dimensão ontológica na constituição do ser social, não estamos pactuando com nenhuma forma a-histórica nem desconsiderando a luta de classes como força motriz que determina como os indivíduos vivenciam sua diversidade. O pressuposto é que a diversidade nos constitui e em cada tempo histórico, considerando lutas sociais e padrão de socialização do ethos dominante, teremos as implicações da diversidade gerando, simultaneamente, possibilidades de enriquecimento dos indivíduos e abrindo fronteiras para agudizar a superexploração da força de trabalho e a reprodução de formas de opressão.

No ambiente mais amplo da vida social e do Serviço Social, certas interações têm fortalecido a ruptura com o ideário de que a diversidade é algo menor ou supostamente um desvio de rota, uma cortina de fumaça frente às determinações econômicas e análise crítica da sociedade vigente. Destacamos os diálogos e lutas no campo feminista, notadamente com o feminismo materialista, que ao propor síntese dialética e de profunda imbricação entre as relações

sociais de classe, raça e sexo põe em discussão as bases materiais da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, as implicações do cisheteropatriarcado na reprodução do sexismo, da misoginia, da violência e nas condições objetivas e na subjetividade das mulheres em sua diversidade de raça, de orientação sexual e identidade de gênero/sexo. O enfrentamento do debate sobre a questão do aborto e da inserção da diversidade sexual na agenda do Serviço Social brasileiro tem na interação com o feminismo e com as feministas no âmbito da profissão um reconhecimento da grande contribuição, marcada pela análise crítica e defesa de um tipo de produção de conhecimento e de militância que favorecem a formação da consciência de classe e reafirma unidade teoria-realidade, sem reproduzir reducionismos e simplificações.

Os diálogos e lutas no campo antirracista são absolutamente fundamentais para a superação de uma leitura da formação sócio-histórica sem as determinações étnico/raciais. Afinal como nos adverte Souza (2023):

(...) o racismo não é uma mera herança do escravismo e da colonização, possível de ser diluída dentro do ordenamento social capitalista, é um elemento determinado e determinante da dinâmica da superexploração da força de trabalho, sob a dependência e o imperialismo. Portanto, a luta contra o capitalismo deve ter como fundamento também a luta antirracista e vice-versa (Souza, 2023, p. 18).

No universo do Serviço Social, as contribuições das mulheres negras têm possibilitado pautar o tema como central no entendimento da realidade brasileira e das condições de vida da classe trabalhadora, além do necessário aprofundamento sobre a relação entre “a indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente” (Souza, 2023) e de um conjunto variado de temáticas que adensam o entendimento do papel do Estado, das expressões da questão social e da subjetividade dos indivíduos. O documento - Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social - que a ABEPSS entregou à categoria profissional em 2018 e a criação em 2010 do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) então denominado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” “ampliou significativamente a sistematização das produções acadêmicas da área, assim como o apontamento de novas pesquisas e de tendências do debate, o incentivo a novas produções, e a articulação entre os grupos de pesquisa sobre o debate étnico-racial”⁵. De acordo com Souza (2023, p. 32) “infere-se que forjar saídas coletivas e solidárias entre todos os explorados e dominados requer investigar e decifrar a relação dialética entre a superexploração e o racismo e, também, com a dominação de sexo/gênero”.

No âmbito do Conselho Federal de Serviço Social, considerando o legado das gestões anteriores, especialmente com os

5 Cf. ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória/ES, 2018.

fecundos debates e lutas em torno da ética e dos direitos humanos, a questão da diversidade humana, tratada a partir de inúmeras de suas expressões, ganha maior organicidade e visibilidade político-profissional a partir da Gestão Cfess (2008-2011). De lá para os dias atuais, a cada gestão busca-se o aprofundamento das temáticas relacionadas às lutas antirracista, anticapacitista, anti lgbtfóbica, antissexista e antietarista e amplo investimento na articulação política com movimentos sociais e na participação da categoria de assistentes sociais nas lutas sociais.

As duas últimas campanhas realizadas foram “Assistentes sociais no combate ao racismo” (Gestão 2017–2020) e “Nós, Mulheres, Assistentes Sociais de Luta” (Gestão 2020–2023). A primeira campanha de combate ao racismo tinha ocorrido na gestão CFESS (2002–2005) com o tema “Serviço Social mudando os rumos da história: reagir contra o racismo é lutar por direitos”, embora importante iniciativa à época, houve avaliação política do Conjunto CFESS-CRESS da baixa adesão desta campanha pelos CRESS e na categoria. Diferentemente, a campanha “Assistentes sociais no combate ao racismo” teve ampla capilarização nos ambientes da formação e do trabalho profissional e contou com ações de divulgação além das trincheiras do Serviço Social. (...) A campanha “Nós, Mulheres, Assistentes Sociais de Luta” (Gestão 2020–2023) também se constitui em um marco histórico ao aprofundar a agenda femi-

nista em diferentes dimensões (trabalho, maternidade, direitos sexuais e reprodutivos e luta contra a violência). Dentre seus objetivos, está “incentivar o olhar apurado da categoria às questões de classe, raça e gênero” e “valorizar a diversidade e pluralidade das mulheres e mulheragear as assistentes sociais”. Para uma categoria “de mais de 200 mil profissionais em que 92% se identificam como mulheres (cis, trans e travestis) e 49% são negras, esta campanha além de fornecer concretude ao CE, atualiza e fortalece a relação da categoria com o feminismo, especialmente em sua vertente materialista.⁶

Destacamos, também, os diálogos e as lutas no campo anticapacitista que trouxeram para o ambiente do Serviço Social a necessidade histórica do compromisso com a incorporação desta temática como expressão da diversidade humana, que se articula com as demais lutas (feminista, antirracista, antigbtzfóbica, antietarista) e põe em discussão, dentre outros, o direito à cidade na sociedade capitalista, as condições de trabalho e de acessibilidade institucional e reflexão sobre condições éticas e técnicas de trabalho de assistentes sociais com deficiência. Conforme o relatório da pesquisa realizada pelo Cfess (2020-2023) sobre “anticapacitismo e exercício profissional:

⁶ In: CASTILHO, Daniela R.; SILVA, Marlise Vinagre; RAMOS, Sâmya Rodrigues e SANTOS, Silvana M. M. Reflexões sobre o legado dos 30 anos do código de ética da/o assistente social. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 38-54, jul./dez. 2023.

perfil de Assistentes Sociais com Deficiência”:

A pauta anticapacitista coloca a emergência em transformar países, estados e cidades em espaços acessíveis, democráticos, com desenhos universais que garantam respeito à diversidade humana, ou seja, que incorporem diferentes corpos, mentes e necessidades. Uma proposta de relações humanas que conflita com o capitalismo, o interesse de mercado, o individualismo e o atual modelo de padrão das vidas, das mentes e das pessoas (Cfess, 2023, p.7).

Na materialização do compromisso com a luta anticapacitista, o conjunto Cfess-Cress deliberou pelo incentivo à construção de comitês para impulsionar e/ou fortalecer a incorporação dessa pauta no universo da profissão e aprimorar reflexão crítica sobre a estrutura capacitista enraizada nas relações sociais do mundo capitalista e o combate à reprodução dos preconceitos. O indicativo é que nesses espaços possam participar assistentes sociais com e sem deficiência. Ademais, o conhecimento do perfil de Assistentes Sociais com Deficiência por meio da realização e publicação do relatório dessa pesquisa é fundamental para elaboração de estratégias coletivas que contribuam no enfrentamento das barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas, no uso do transporte público e na ampliação das condições para garantia do acesso e permanência do direito ao trabalho, à educação, à saúde e ao lazer, possibilitando

condições objetivas para o acesso democrático das pessoas com deficiência, sendo elas usuárias/os das políticas públicas e/ou trabalhadoras/os/es. O Cfess tem se empenhado, também, na elaboração de resoluções que na direção do Código de Ética profissional, possam contribuir com a defesa dos direitos humanos e da diversidade humana. São resoluções, dentre outras, que pautam o combate ao racismo, a defesa da luta anticapacitista, da diversidade sexual e da livre identidade de gênero.

A visibilidade social e política de perspectivas conservadoras, reacionárias, antidemocráticas, racistas, xenofóbicas e que traduzem o entendimento da vida como anti diversa é um fenômeno nacional e mundial, determinado nos rumos da barbárie capitalista. Nossa luta no Serviço Social brasileiro se articula com outras categorias profissionais e com outros sujeitos coletivos na dinâmica mais ampla da solidariedade de classe e do compromisso com a formação e trabalho profissional sintonizados com a luta anticapitalista e em defesa da diversidade humana.

Referências

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória/ES, 2018.

BRITES, Cristina Maria; BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Serviço Social e ética profissional: fundamentos e intervenções críticas**. São Paulo: Cortez, 2022. Biblioteca básica de Serviço Social, v. 9.

CASTILHO, Daniela R.; SILVA, Marlise Vinagre; RAMOS, Sâmya Rodrigues e SANTOS, Silvana M. M. Reflexões sobre o legado dos 30 anos do código de ética da/o assistente social. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 38-54, jul./dez. 2023.

CFESS, **Anticapacitismo e exercício profissional**: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília, 2023.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto. Movimentos sociais e redemocratização no Brasil: o pulsar da luta e da conjuntura no processo de renovação do Serviço Social. In: MOTA, A. E.; VIEIRA. A. C.; AMARAL, A. (Orgs) **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

GUAZZELLI, Amanda, e ADRIANO, Ana Lúvia. Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos. **Temporalis**, v. 16, nº 31, p. 237–260. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p237-260>. Acesso em: 10 mai 2024.

MOTA, Ana Elizabete. e RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai 2024.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Débora Rodrigues. **Ética e Serviço Social**: um estudo introdutório a partir de György Lukács. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Silvana Mara Morais. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas.

In: **Trabalho necessário**, vol. 17, n. 32. Niterói, UFF: 2019.
Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303/16434>. Acesso em: 10 mai 2024.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, I.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, S.; SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.


SOUSA, Adrianyce A. Silva de. **Lukács e o Serviço Social Brasileiro**. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Débora Rodrigues. Viva 1993! A ontologia do Ser Social ainda é “uma arma quente”. **Temporalis**, v. 23, nº. 46, p. 24–37. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n46p18-31>. Acesso em: 10 mai 2024.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; CARDOSO, Priscila. Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar. **Temporalis**, v. 13, nº 25, p. 33–61. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2013v13n25p33-61>. Acesso em: 10 mai 2024.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de Sousa; SANTOS, Débora Rodrigues; MATOS, Maurílio Castro de; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Diretrizes Curriculares: a ética e direitos humanos como mediações necessárias. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 304-319, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nQ5KQR5PTP3p7zhp9c5VVFH/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023.



Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade: o estado da arte

Andréa Luiza Curralinho Braga¹

Cristiana Lima²

Janaina Bilate³

Jussara Assis⁴

1. Introdução

A construção democrática e plural do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade em Serviço Social pressupõe uma coordenação da mesma ordem. Em 05 de setembro de 2018 em Porto Alegre/RS, por ocasião do 47º Encontro Nacional do

1 Conselheira CRESS/PR, Integrante do Colegiado do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade (2022-2024), Professora do Curso de Serviço Social da PUCPR.

2 Conselheira CRESS/MA (2020-2023/2023-2026), Coordenadora da Comissão de Formação e Trabalho Profissional, Professora do Curso de Serviço Social da UFMA.

3 Ex-Conselheira Coordenadora da Comissão de Formação e Trabalho Profissional CRESS/RJ (2017-2020/2020-2023), Base da Comissão de Formação e Trabalho Profissional, Professora da Escola de Serviço Social da UNIRIO.

4 Conselheira CRESS/RJ (2020-2023/2023-2026), Coordenadora da Comissão de Formação e Trabalho Profissional, Professora da Escola de Serviço Social da UFF.

Conjunto Cfess/Cress, foi aprovado o documento com as Diretrizes do Fórum. Todavia, aquela Plenária não chegou em um consenso sobre como seria a coordenação do mesmo. Deste modo, ficou indicado para o 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, a ser realizado no mesmo ano, em Vitória/ES, a aprovação das diretrizes, que versam sobre sua coordenação colegiada, com a orientação de ser formada pela ENESSO, ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS, tendo em cada ano um regional responsável pela coordenação do Fórum.

Naquela ocasião, o CRESS Rio de Janeiro se colocou disponível, juntamente com a ABEPSS Nacional e a ENESSO. A partir daí, foram desempenhados esforços para que a defesa da formação e do trabalho de qualidade se mantivesse no centro das lutas contra a precarização da formação, a mercantilização do ensino, reafirmando uma educação superior pública, gratuita, laica e presencial, bem como condições éticas e técnicas de trabalho.

No período pandêmico, no final do ano de 2020, em Plenária Nacional (virtual) do conjunto CFESS/CRESS, ficou deliberada a nova coordenação do Fórum. Além da ABEPSS e da ENESSO, a representação do conjunto CFESS/CRESS passaria a ser assumida pelo CRESS/MA. Este colegiado teve como enfoque fortalecer a estratégia de organização de Fóruns regionais e locais, com o mesmo formato do nacional. Destaca-se que as adversidades estruturais e conjunturais que vivenciamos no contexto pandêmico da Covid-19 foram determinantes nos diversos desafios organizativos desse

período, sendo atividades vinculadas às reuniões virtuais e demandas referentes à formação e trabalho no período da pandemia.

Em setembro de 2022, em atividade que antecedeu o 49º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, ocorreu a Plenária do Fórum Nacional em Alagoas-Maceió. Na articulação entre as entidades coletivas da categoria, o CRESS/PR assumiu a representação na Coordenação do Colegiado.

No momento da Plenária ocorreu o processo de avaliação das atividades do Fórum, a identificação de pautas recorrentes e a necessidade de levantamento de informações sobre os processos organizativos dos Fóruns Regionais e locais. O colegiado de 2022 assumiu como frentes, o mapeamento de prioridades de atuação no Fórum (nacional e nas regiões) com o objetivo de engendrar uma movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissional. Também assumiu o compromisso de produção de material que abrangesse as ações e incidências do Fórum (tendo como o resultado a produção desta brochura), a implementação de um espaço virtual, que agregasse histórico e todas as ações e incidências de articulação, bem como a mobilização nacional para a reatualização do Plano de Lutas, que teve a sua última versão no ano de 2017.

Destarte, o presente artigo tem o intuito de detalhar a trajetória histórica das três coordenações colegiadas do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade em



Serviço Social, evidenciando o estado da arte, a construção coletiva e os seus marcos históricos.

A defesa da formação e trabalho em Serviço Social que reafirmamos, carrega a “certeza na frente, a história na mão” de uma formação de qualidade, pública, vinculada ao projeto ético-político profissional, laico, socialmente referenciado e de aprofundamento democrático.

2. Coordenações Nacionais do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade em Serviço Social: construção coletiva e marcos históricos

O Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social tem como diretriz a articulação e fortalecimento da luta coletiva da categoria no desenvolvimento de ações que vinculem o trabalho e a formação das e dos assistentes sociais com vistas à defesa de uma educação emancipada, a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como a garantia dos princípios e normativas profissionais.

A criação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social, nasce da experiência no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) Nacional Trabalho e Formação (2008-2017).



Este GT finalizou as atividades, mas reivindicou-se, coletivamente, a necessidade de um espaço de mobilização permanente para lutar na defesa da formação em Serviço Social, que ampliasse as articulações da categoria e reafirmasse a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Assim buscando traçar a trajetória do Fórum desde 2018, pretendemos abarcar as principais ações realizadas pelas entidades organizativas da categoria (ABEPSS, Enesso e conjunto CFESS/CRESS) e a análise dos CRESS que compuseram em conjunto a responsabilidade das coordenações colegiadas até o momento.

2.1 Coordenação do CRESS Rio de Janeiro: início de Fórum e suas articulações

O CRESS RJ, representando o CFESS, coordenou o Fórum, juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, de dezembro de 2018, quando da realização da reunião do mesmo no XVI ENPESS, até novembro de 2020, tendo sido reconduzido de forma repactuada, juntamente com as demais representações, em dezembro de 2019, na Oficina Nacional da ABEPSS em Campinas. O CRESS RJ articulou esta coordenação por meio da Comissão de Formação e Trabalho Profissional, constando como ação do planejamento do Conselho.

Importante ressaltar que o regional não realizou esta coordenação sozinho. Embora nesta proposta estejamos apresentando as

perspectivas dos conselhos regionais, a ABEPSS, com destaque para a presidência da profa Esther Lemos, e seu coletivo de representantes que atuaram “ombro a ombro” conosco, além da Comissão de Formação do CFESS, com destaque para a ex-conselheira Ruth Bittencourt, e a ENESSO foram fundamentais que nós pudéssemos avançar em alguns objetivos propostos para o período.

Após o consenso acerca da coordenação em 2018, o Fórum realizou dois encontros em 2019. Todavia, ainda estávamos tentando alinhar aquele novo formato, onde já não mais atuaríamos como um Grupo de Trabalho nacional - o GT Nacional de Formação/CFESS - mas precisávamos nos organizar enquanto Fórum, espaço com maior capilaridade e que poderia agregar vários outros sujeitos que não os relacionados à categoria de assistentes sociais somente. A ideia era articular sindicatos, movimentos sociais, sujeitos políticos que discutissem o tema da educação.

Neste sentido, ao longo do ano de 2019, conseguimos realizar as duas reuniões ordinárias propostas nas diretrizes gerais: no III Encontro Nacional de Educação, em 11 de abril, em Brasília, e na Oficina Nacional da ABEPSS, em Campinas, que aconteceu em 12 de dezembro daquele ano.

Naquela Oficina, conseguimos ter uma noção de como estava a organização regional dos fóruns, tendo em vista que uma das propostas do Fórum Nacional é que ele possa ser consolidado também regionalmente e localmente, de modo que os diálogos e

ações alcancem um maior contingente de participantes, permitindo atuações mais abrangentes conforme a organização do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Todavia, isto por si só consiste em um desafio organizativo bastante significativo, pois a regionalização de cada entidade diverge em termos de aglutinação de estados, bem como em termos de tempo de mandato.

Ainda como ações do Fórum ao longo de 2019, foi lançada a Campanha Nacional **“Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”** com o objetivo de alertar quem gostaria de fazer Serviço Social, ou quem já estava no curso de graduação, mas não conhecia as diretrizes nacionais da formação profissional. A peça de comunicação trazia quatro elementos fundamentais que devem estar presentes nas escolhas dos cursos, ou seja, o reconhecimento do MEC, as diretrizes curriculares presentes nos projetos pedagógicos, a articulação ensino, pesquisa e extensão, e destaque ao Código de Ética Profissional de 1993.

No segundo ano de gestão, que se iniciou em dezembro de 2019 e se estendeu até final de 2020, sofremos com o impacto da pandemia do covid 19 e todas as necessidades sanitárias de distanciamento social, somada ao impacto da quantidade de mortes e perda de renda de muitas famílias.

Contraditoriamente, conseguimos construir uma agenda de reuniões da coordenação nacional, realizada a cada quinze dias. As

tecnologias de informação possibilitaram que os sujeitos à frente do Fórum, mesmo estando em cidades e estados diferentes, pudessem se reunir e pensar em estratégias de viabilização do que tinha sido pactuado na Oficina Nacional de Campinas, e, posteriormente, as ações que tinham sido alinhadas na Plenária Nacional⁵ do Conjunto CFESS CRESS daquele ano, enquanto sugestões de objetivos para o Fórum Nacional.

Isto posto, conseguimos realizar a proposta para o Tema 1: Fórum em Defesa da Formação e do Trabalho, situada no Eixo: Formação Profissional. A mesma relacionava-se à “Integrar e dar continuidade à implementação dos fóruns em defesa da formação e do trabalho profissional com qualidade em âmbito estadual, regional e nacional contra a precarização do ensino superior”.

Para tal, participamos das reuniões virtuais descentralizadas das cinco regiões, as quais antecederam a Plenária Nacional de 2020. Realizamos uma tarefa coletiva, que foi possibilitada pelas condições proporcionadas pelo ambiente virtual, necessário à época. Nossa participação foi na direção de apresentar o Fórum e fomentar as articulações regionais, tendo em vista que esta capilarização já consistia em uma das estratégias iniciais, e se tornou proposta de

5 No ano de 2020, face à situação de emergência sanitária, a qual durou até maio de 2023, e que impediu a realização de encontros presenciais, o Encontro Nacional foi realizado enquanto Plenária Nacional, de 02 a 4 de outubro, de forma virtual. Conforme o Relatório Final, a Plenária “significou um esforço coletivo para manter o caráter participativo e democrático de construção do planejamento do triênio 2020- 2023, mesmo diante da impossibilidade de realização de atividades presenciais em razão da pandemia mundial do novo coronavírus (Covid-19)” (CFESS, 2020, p.5).

ação em 2020. Como entidade nacional, participamos da criação dos Fóruns da região norte e da região sul ainda naquele ano.

Ao longo deste segundo ano de gestão, também envidamos esforços no combate à precarização do ensino, promovendo debates reflexivos sobre a particularidade daquele momento histórico, pois precisávamos fortalecer os projetos pedagógicos de curso no que tange à modalidade presencial da formação profissional. Em junho de 2020, as entidades que compunham a executiva do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social (CRESS-RJ, Abepss e Enesso) lançaram uma nota com posicionamento sobre o ensino e o trabalho remoto emergencial, reafirmando que os mesmos não poderiam ser realizados sem que fosse precedido de debates consistentes sobre a situação emergencial. A nota também trazia em seu bojo a exigência de o momento emergencial ser cumprido sem desconsiderar as normas e regulamentações já existentes no âmbito das entidades do serviço social.

Ainda no contexto pandêmico, foram realizados pelo Fórum ciclos de debates sobre estágio supervisionado, pautado como um dos temas centrais no coletivo para o período, e ciclos de debates sobre Residência Multiprofissional, discussões fundamentais em qualquer cenário sócio-econômico.

Como uma das últimas ações da coordenação do CRESS RJ, participamos da Reunião Nacional das Comissões de Formação e Trabalho Profissional, na qual pudemos apresentar todas as nossas

ações realizadas, e trazer a proposta de um outro regional assumir a coordenação do Fórum, que seria pactuada na Plenária Nacional de outubro.

2.2 A experiência do CRESS/MA na Coordenação do Fórum Nacional sob os desafios da articulação no contexto da Covid-19

Na Plenária Nacional, realizada de 02 a 04 de outubro de 2020, o CRESS/MA assumiu a Coordenação Nacional do Fórum, sob o compromisso de continuar seguindo as diretrizes e princípios do Fórum, em uma inédita e desafiadora situação de pandemia provocada pela Covid-19.

As adversidades estruturais e conjunturais exacerbadas nesse contexto impactaram a Política de Educação Superior. Elas também agravaram fortemente os processos de precarização do trabalho. Tudo isso tem origem no avanço de medidas de contrarreformas neoliberais implantadas no país, que se articulam com as transformações societárias decorrentes da crise do capital, impactando a desestruturação das garantias trabalhistas e a diminuição dos investimentos em educação, o que fragiliza ainda mais o sistema de ensino superior. O desmonte das políticas públicas de educação e o sucateamento das universidades públicas constituem um projeto mais amplo de desregulamentação e privatização, que favorece interesses corporativos do grande capital.

Além disso, a intensificação da precarização do trabalho docente e o ensino remoto, durante a pandemia, evidenciaram o despreparo e a falta de comprometimento do governo Bolsonaro com a educação. Tal contexto apontou a necessidade de resposta organizada e coletiva das entidades da categoria – CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – para resistir a esses retrocessos e lutar por um sistema educacional que valorize o trabalho das/os profissionais da educação e garanta o acesso universal ao ensino superior de qualidade.

Diante desse contexto de forte impacto na formação e no trabalho profissional, o Fórum Nacional se constituiu como espaço aberto de organização política para o aprofundamento da reflexão, do debate democrático, da formulação de propostas e ações de enfrentamento à precarização da formação e do trabalho profissional. Dessa forma, o Fórum Nacional discutiu a necessidade de fortalecer a estratégia de organização, priorizando a articulação dos Fóruns no Sudeste e no Nordeste, regiões onde inexistia o Fórum (até aquele momento, tinha-se Fóruns nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste).

Com o intuito de garantir a continuidade do trabalho de planejamento e coordenação do Fórum Nacional, já iniciado em anos anteriores, foram inseridas em seus debates duas novas temáticas: “Residências Multiprofissionais em Saúde” e “Estágio profissional supervisionado”.

A primeira, buscando refletir sobre a atuação profissional a



partir do acúmulo de debates da categoria, tendo como referência os documentos sobre “Residência em Saúde e Serviço Social - subsídios para reflexão” (2017); “Formação e Residências em Saúde: contribuições da ABEPSS” (2022); a *live* “Serviço Social e Residência Multiprofissional em Saúde: formação, atribuições e competências” (2020), veiculada no canal TV ABEPSS, no YouTube; e a Recomendação nº 18/2020 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre residências na pandemia.

A segunda, a partir da necessidade de que a discussão acerca do estágio supervisionado fosse embasada nos documentos norteadores da categoria: Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; Política Nacional de Estágio; Resolução CFESS nº 533/2008; documento sobre a Supervisão de Estágio na Pandemia; documento sobre a Formação Profissional em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial.

A partir desses elementos orientadores, o Fórum Nacional de Formação e Trabalho Profissional de Qualidade demarcou que, em relação às residências multiprofissionais em saúde e, sobretudo, ao estágio supervisionado em Serviço Social no contexto da pandemia de Covid-19, o modelo de educação flexibilizado e acelerado adotado, durante esse período, representou um retrocesso para a formação e o trabalho profissional defendidos pela categoria.

Ainda sob os fortes ataques do governo à educação, cabe destacar a iniciativa registrada no Projeto de Lei nº 5595/2020 (PL 5595/20), de autoria dos parlamentares Paula Belmonte

(Cidadania/DF), Adriana Ventura (Novo/SP), Aline Sleutjes (PSL/PR) e General Peternelli (PSL/SP), que classificava a educação como “serviço essencial” e proibia a suspensão dos serviços presenciais durante emergências e calamidades públicas. Para dar enfrentamento a essa forte ameaça à vida de docentes e discentes, o Fórum Nacional desencadeou uma campanha cujo mote foi #EssencialÉaVida. A campanha objetivou sensibilizar assistentes sociais, docentes, discentes e supervisores de campo de estágio, para o perigo de avanço do contágio da Covid-19. Além disso, defendia o retorno às aulas presenciais em consonância com as regras sanitárias dos órgãos competentes.

Muitas são as dificuldades enumeradas para a atuação do Fórum, dentre elas destacam-se as demandas trazidas no contexto da pandemia de Covid-19, desmobilizando as lutas da categoria; a expansão da proposta do Reuni Digital, que visa a ampliação do ensino superior a distância, a transição de cursos presenciais para a modalidade EAD, implicando o fechamento de cursos presenciais, mudança que afeta a formação crítica em Serviço Social; o desafio de fortalecer outras comissões dos CRESS, a exemplo da Comissão de Formação, e maior articulação do Fórum com as Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRESS.

Essas são questões que exigem atenção urgente e estratégias coordenadas do CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Somente por meio de um esforço conjunto e de uma atuação integrada será possível dar

corpo às lutas a serem empreendidas na defesa da formação e do trabalho profissional das(os) assistentes sociais.

2.3 Avaliar e reafirmar as articulações do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social: possibilidades de incidência CRESSPR

Nas batalhas da vida
próximas vitórias queremos bradar: viemos para ficar!
(Protoformas poéticas - Daniela Castilho, 2017).

Ao longo da trajetória histórica do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social, desde 2017 a 2024, muitos foram as batalhas na defesa de concepção de uma formação profissional crítica aliada à existência de um projeto profissional, que se alicerça na possibilidade de construção de uma nova ordem societária. Todavia, nesta caminhada destacam-se os desafios de reafirmação e consolidação desse espaço de articulação permanente.

A reflexão sobre a formação profissional como determinado complexo social em movimento impõe analisar a intrincada correlação de forças sociais no cenário atual (Lewgoy *et. al.*, 2017). A conjuntura pós-pandêmica exigiu um constante esforço coletivo de

ações incisivas pela defesa da formação e trabalho com qualidade em Serviço Social. Vivemos um processo de intensificação de precarização do trabalho e de mercantilização da formação de assistentes sociais, que nos exige: reavaliar para avançar. O recente colegiado do Fórum assume o compromisso de reafirmar estratégias de sua consolidação e repactuação das frentes de lutas, mas também de examinar os processos e a trajetória do Fórum desde sua gênese.

A fase atual do Fórum se constitui na Plenária do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS em 2022, realizada em Alagoas – Maceió. No momento da Plenária, reafirmam-se as diretrizes do Fórum (como um espaço de articulação permanente) e a indicação da nova coordenação do colegiado, composta pelas entidades organizativas da categoria (ABEPSS, ENESSO, conjunto CFESS/CRESS), tendo como coordenação geral as contribuições do Conselho Regional de Serviço Social (CRESSPR).

No Encontro ocorreu um espaço específico para balanço das ações do Fórum e seus processos organizativos. Destacou-se como avanço a consolidação dos Fóruns Regionais – em funcionamento nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Entre as dificuldades enumeradas, foram apresentados o contexto da pandemia de Covid-19 e a desmobilização da categoria nas lutas coletivas. As preocupações com o ensino remoto emergencial foram enfaticamente citadas “[...] um nítido aumento das desigualdades já existentes no ensino superior (do acesso ao processo educativo),

gerando sérios impactos nas condições do trabalho docente e na qualidade da formação em Serviço Social [...]”, além disso, acentuam-se “[...] as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem [...]” (CFESS, 2020, p. 2).

Frente aos desafios listados, o Fórum assume o compromisso de elencar, para além das demandas mencionadas, outras pautas pertinentes à temática do trabalho e da formação profissional, mapeando as especificidades regionais.

Desde então, nas frentes permanentes do Fórum são realizadas reuniões do colegiado (bimestrais), plenárias e reuniões ampliadas regionais e nacionais, tendo como enfoque, o levantamento de prioridades, a aglutinação de articulações, bem como o engendramento de uma movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissionais.

Destarte, o planejamento de ações pactuadas em reuniões do colegiado e encontros da Plenária, relacionam-se: (i) ao mapeamento das prioridades e incidências do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social na atualidade; (ii) a formulação de brochura com o resgate histórico do Fórum de Trabalho e Formação Profissional e página virtual que contemple todas as ações realizadas em sua trajetória; (iii) a reatualização do Plano de Lutas e articulação com as frentes nacionais em defesa da formação e trabalho de qualidade e contra

a precarização do ensino superior.

A Carta de Apresentação da Coordenação Nacional (2023), sinaliza fundamental importância de que os Regionais indicassem quais as demandas, pautas e desafios tem comparecido no debate da formação e trabalho profissional nos conselhos regionais de Serviço Social (na articulação com as entidades), a fim de subsidiar o planejamento das ações do Fórum Nacional e Regionais. Assim, iniciamos o mapeamento com a identificação das demandas prioritárias para o próximo triênio (2023/2026). A apresentação dos resultados ocorreu em reunião ampliada no Seminário de Seguridade Social em Fortaleza em abril de 2023.

O mapeamento apresentou as estratégias de organização e principais demandas dos Fóruns Regionais e Locais. Demonstra na pesquisa, um retrato da condição das Comissões de Trabalho e Formação nos CRESS e dificuldades de funcionamento. Entre os temas de maior destaque nas regiões: o estágio supervisionado e a supervisão direta em serviço social; a residência multiprofissional e técnica; o estágio de pós-graduação; o enfrentamento à precarização e mercantilização do ensino; a questão étnico-racial na formação profissional. Nesta brochura foi formulado artigo específico com os resultados desta pesquisa⁶.

⁶ Verificar artigo sobre **Mapeamento de prioridades e incidências do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social na atualidade**, na página 109 desta publicação.



Os dados do mapeamento foram encaminhados aos CRESS e aos Fóruns Regionais. Também como resultado do mapeamento sinaliza-se a necessidade de indicações de referências para o debate da formação, bem como composição das comissões e fóruns de formação nas respectivas regiões (fato que ocorreu principalmente pelas mudanças de gestão do conjunto CFESS/CRESS, Abepss e Enesso).

Entre as ações executadas pelo Fórum (2022-2024), uma das frentes principais é a revisão do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional e Contra a Precarização do Ensino Superior, que tem por objetivo fortalecer uma grande movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissional, tendo o subsídio do Mapeamento como uma relevante contribuição. O último Plano de Lutas referente ao trabalho e formação em Serviço Social foi em 2017, no período anterior à constituição do Fórum, no contexto do Grupo de Trabalho (GT Formação) do CFESS em conjunto com as entidades organizativas da categoria.

Com a necessidade de resgate histórico e reafirmação as ações do Fórum e sua trajetória, previmos a produção da presente brochura e página virtual com as informações de todas as ações e organização do Fórum Nacional e Regionais. A brochura e a página do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade serão lançadas no 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Nas ações de organização coletiva, o Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade emitiu posicionamento e apoio a ação civil pública (ACP), de autoria do Ministério Público Federal (MPF) contra a União, que pretende discutir a regulamentação da modalidade da graduação de ensino à distância para os cursos superiores da área da saúde, incluindo o Serviço Social. Também com a manifestação coletiva e disseminação em documento para o Ministério das Cidades referente às preocupações com a nova normativa de trabalho técnico social, que prevê a inclusão de profissionais de outras áreas que não contemplam as equipes de trabalho social na política habitacional e programas urbanos.

Cabe considerar que o Serviço Social no Brasil vem construindo, nas últimas décadas, uma concepção de formação profissional crítica aliada à existência de um projeto profissional crítico, o intitulado projeto ético-político, que se alicerça na possibilidade de construção de uma nova ordem societária. Em que pese este projeto não seja homogêneo no interior da categoria profissional, alçou hegemonia e, portanto, é marcante nos debates e pesquisas que atravessam a categoria profissional, sobretudo no que diz respeito às considerações sobre a sua viabilidade histórica. Tal projeto, como está bem explicitado no Código de ética profissional (CFESS, 1993) – documento que o presta referência –, faz uma nítida opção em se colocar a serviço da classe trabalhadora, comprometendo-se com a liberdade, os direitos humanos, a cidadania, a democracia, a justiça social, o respeito à diversidade,

etc., tendo plena afinidade com a projeção de uma sociabilidade que supere as mazelas inerentes ao capitalismo.

3. Considerações Finais

Afirmamos a indissociabilidade de formação e trabalho profissional, atreladas às lutas do Serviço Social brasileiro. Essas lutas se expressam na defesa de uma educação de qualidade, pública, laica, socialmente referenciada que se entrelaça nas defesas coletivas do trabalho profissional, comprometido com toda a sociedade e na direção da emancipação humana.

É, portanto, na perspectiva de reafirmação dos princípios e normativas que balizam o Projeto Ético-Político do Serviço Social que se expressa na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993), no Código de Ética de 1993, nas Diretrizes Curriculares/1996 e nas demais Resoluções normativas emitidas pelo conjunto CFESS/CRESS, que o espaço do Fórum Nacional apresenta a necessidade de permanência e fortalecimento das articulações.

Ao analisarmos as adversidades estruturais e conjunturais que vivenciamos nas últimas décadas é essencial relacionar os rebatimentos na Política de Educação Superior e no aprofundamento dos processos de precarização do trabalho – processos decorrentes do avanço das medidas de contrarreformas que têm sido implantadas no país. Medidas essas também em articulação com as transformações

societárias resultantes da crise do capital que possui determinações que se concretizam tanto do ponto de vista econômico, quanto ideopolítico em todo o mundo, inclusive no Brasil, do avanço do fascismo e políticas ultraliberais.

Destarte, que o fortalecimento de estratégias organizativas e articuladas entre as entidades da nossa profissão e da classe trabalhadora, nas frentes de lutas em defesa do trabalho e da formação profissional com qualidade se apresentam como fundamentais.

Dessa forma, o resgate histórico escrito pelas três coordenações colegiadas pelos CRESS em conjunto com as entidades, explicitam os desafios e potencialidades do espaço do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade no Serviço Social.

Entre os desafios, apresentamos as alternâncias das representações das entidades organizativas, que repercutem na necessidade de retomada dos processos constitutivos e das ações do Fórum. Também os desafios da consolidação dos Fóruns Regionais – nas regiões Norte, Nordeste, Suldeste, Sul e Centro-Oeste –, bem como de fomentar e fortalecer o importante espaço de luta das Comissões de Formação. Assim, ressaltamos a necessidade de continuidade do trabalho de planejamento e coordenação do Fórum Nacional, especialmente no resgate e disseminação dos temas e ações que foram pactuados na reatualização do Plano de Lutas em julho de 2024, com definição de pautas nacionais e calendário de execução das ações.

Como potencialidades, mensuramos que a proposta do Fórum Nacional, se constrói e se afirma como um espaço de articulações e incidências de frentes para o enfrentamento à precarização do ensino de graduação a distância e presencial em Serviço Social, espaço que apresenta sua história: que viabilizaram a luta em defesa da formação com qualidade e contra a precarização do trabalho profissional.


É necessário situar as atuais condições do Fórum, numa perspectiva de análise, que se fundamenta em estratégias coletivas dos desafios contemporâneos, assim seguimos para “organizar a esperança, conduzir a tempestade, romper os muros da noite. Criar, sem pedir licença, um mundo de liberdade...” (Pedro Tierra).

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> Acesso em: 20. mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/da assistente social**, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 mai. de 2024.

LEWGOY, Alzira. Maria. Baptista., MOLJO, Celina. Berta. SILVA, José Fernando Siqueira. SILVA, Maria. Ludoina. de Oliveira. SANT'ANA, Raquel. Santos. Formação Profissional Em Serviço Social: De Que Se Trata?. **Revista Temporalis**, 16(31), 9–20, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p9-20> Acesso em: 20 mai 2024.



Mapeamento de prioridades e inciências do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social na atualidade

Andréa Luiza Curralinho Braga¹

Bruna Viviani Viana²

Marcelo Nascimento de Oliveira³

Vanessa Rocha⁴

1. Introdução

O Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social constitui um espaço de articulação e luta das entidades coletivas da categoria profissional (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) em conjunto com assistentes sociais,

1 Conselheira CRESS/PR, Integrante do Colegiado do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade (2022-2024), Professora do Curso de Serviço Social da PUCPR.

2 Assistente Social. Coordenadora Técnica CRESS/PR. Mestre em Serviço Social e Política Social (UEL).

3 Conselheiro CRESS/PR. Integrante do Cômite Antirracista do CRESSPR. Mestre em Serviço Social e Política Social UEL.

4 Assistente Social. Coordenadora Técnica CRESS/PR. Mestre em Serviço Social e Política Social (UEL).

representações das unidades formadoras de ensino e estudantes de Serviço Social, que defendem uma educação socialmente referenciada, laica, pública e de qualidade, coadunando com a defesa do projeto ético-político da profissão.

O Fórum Nacional se articula também no âmbito dos fóruns regionais (composto por 5 regiões) e no âmbito local (vinculados aos 27 estados brasileiros). Um dos principais desafios vinculados aos Fóruns é elencar no âmbito local, regional e nacional a identificação de pautas que possibilitem a aglutinação de demandas comuns, mas também atuar nos desafios das particularidades de cada contexto, atrelando a definição de prioridades locais/nacionais para a articulação de forças coletivas.

Na Plenária do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizada em Maceió (AL), no ano de 2022, houve um espaço específico para balanço das ações do Fórum e seus processos organizativos. Destacou-se como avanço a consolidação dos Fóruns Regionais – em funcionamento nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As principais pautas elencadas nas regiões foram: Residência Multiprofissional, Curricularização da Extensão, Estágio Supervisionado na graduação e Estágio na Pós-Graduação.

Já as dificuldades enumeradas para a atuação do Fórum foram: as demandas trazidas no contexto da pandemia de Covid-19, desmobilizando as lutas da categoria; a expansão da proposta do Reuni Digital e o crescimento do ensino à distância, com fechamento

de cursos presenciais e migração para modalidade EAD.

Diante do exposto, o presente artigo tem o intuito de apresentar a pesquisa realizada pelo colegiado do Fórum Nacional em Defesa da Formação e coordenada pelo CRESSPR, expressando os desafios e as potencialidades de articulação permanente. Pretende-se abordar o Mapeamento sobre a Formação e o Trabalho Profissional, estabelecendo a análise das instâncias no debate local/regional; como se manifesta a articulação nos espaços de comissões; a organização dos fóruns de formação e de supervisão de estágio; as pautas prioritárias que são elencadas pelas regiões, entre outros pontos de análise.

2. Mapeamento de demandas prioritárias locais do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social

A partir dos encaminhamentos estabelecidos em reunião da Coordenação Colegiada do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, realizada em 16 de dezembro de 2022, no Rio de Janeiro, por ocasião da realização do XVII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, bem como pelo compromisso expresso na Carta de Apresentação da Coordenação do Fórum Nacional (gestão 2023/2024) de “levantar outras pautas pertinentes à temática do trabalho e da formação

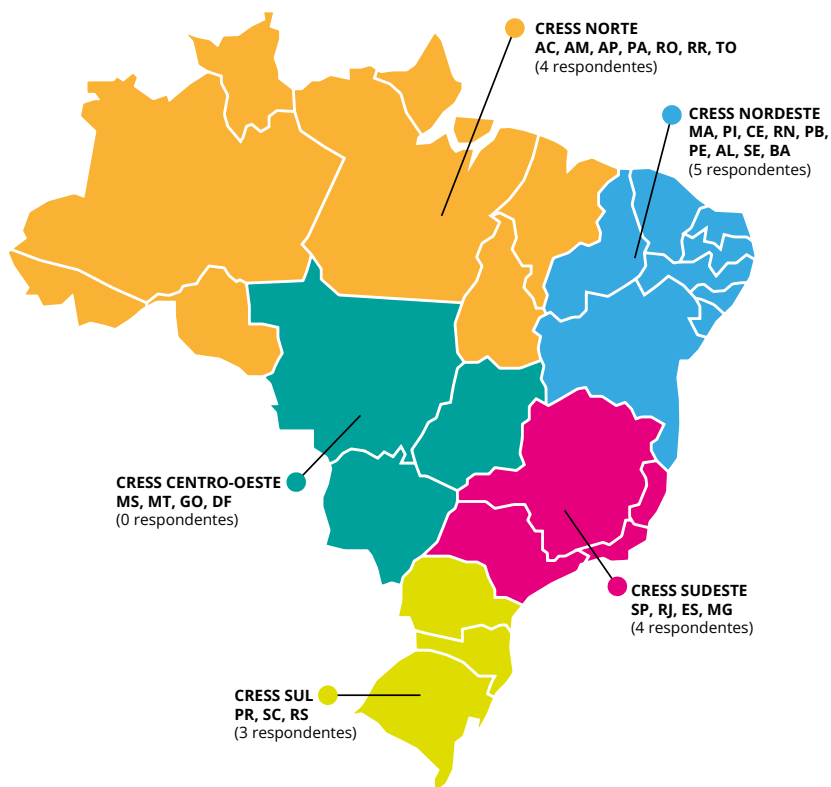
profissional, mapeando as especificidades regionais”, realizou-se junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social o mapeamento das demandas prioritárias locais relacionadas à formação e ao trabalho em Serviço Social.

Importa destacar que, embora na Plenária Nacional realizada em 2022 em Maceió, antecedendo ao 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, tenha-se realizado balanço das ações do Fórum Nacional e Regionais, bem como a identificação das prioridades para o próximo triênio (2023/2026), conforme consta na Carta de Apresentação da Coordenação Nacional, compreendeu-se pela fundamental importância de que os Regionais indicassem quais as demandas, pautas e desafios tem comparecido no debate da formação e trabalho profissional nos CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, a fim de subsidiar o planejamento das ações do Fórum Nacional e Regionais.

Assim sendo, em 17 de janeiro de 2023, encaminhou-se aos 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais o Ofício nº 01/2023, cujo conteúdo foi reiterado em 01 de março de 2023. No documento supramencionado se disponibilizou aos Regionais o link de acesso ao formulário que objetivou levantar as principais demandas e pautas pertinentes à temática do trabalho e da formação profissional, bem como mapear as especificidades regionais. O mapeamento foi realizado a partir da sistematização de informações obtidas por meio de formulário do *Google Forms*, cujo período de preenchimento foi

de 17 de janeiro a 15 de março de 2023, sendo obtido retorno de 16 (dezesesseis) dos 27 (vinte e sete) CRESS respondentes, o que perfaz o percentual de 59% de Regionais alcançados. Com relação aos Regionais respondentes, apenas 1 (uma) região, a Centro-Oeste, não foi alcançada com o mapeamento, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 1: Regiões respondentes



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es (2022)

Das informações obtidas por meio do mapeamento junto aos Regionais foi possível identificar que 93,8% dos respondentes possuem instâncias específicas dentro da estrutura institucional para o debate do trabalho e da formação profissional. Quanto à denominação destas instâncias constatou-se uma diversidade de nomenclaturas, sendo as principais: Comissão de Formação e Trabalho Profissional (31,25%); Comissão de Formação Profissional (25%); Comissão de Trabalho e Formação Profissional (25%) e outros (18,75%). Com relação ao funcionamento destas instâncias verificou-se que 50% encontram-se articuladas e com reuniões periódicas e regulares, cuja maior incidência é de reuniões mensais (87,5%), seguidas de reuniões bimestrais (6,25%) e trimestrais (6,25%). No que se refere à composição destas instâncias se constatou que há confluência entre os Regionais quanto à participação de 3 (três) sujeitos ou representações: conselheiros/as, representante da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e representante da Enesso – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Ademais, foram citados/as como componentes da referida instância: assistentes sociais de base, representantes das UFAs - Unidades de Formação Acadêmica, representantes da COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização, assessorias técnicas, estudantes e estagiários/as, supervisores/as de campo.

Outro aspecto relevante se refere à instituição dos Fóruns Estaduais de Supervisão de Estágio em Serviço Social, sendo identificado que estes foram instituídos em 50% dos Regionais

respondentes. Os Fóruns Estaduais de Supervisão de Estágio em Serviço Social, em articulação com os Fóruns Locais de Supervisores/as, constituem espaços fundamentais de aglutinação de supervisores/as, de campo e acadêmicos/as, estagiários/as, docentes e as entidades representativas da profissão no debate das questões atinentes ao estágio supervisionado, além de representar “um ganho político para a garantia da operacionalização da PNE. Portanto, defende-se sua criação em articulação com os CRESS e a ABEPSS [...]” (ABEPSS, 2009, p.36).

Considerando os fóruns de trabalho e formação (locais, estaduais e nacional) como lócus estratégico de articulação entre os sujeitos e entidades representativas, os Conselhos Regionais também foram questionados quanto a comporem os Fóruns Regionais em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, sendo verificado que 68,8% dos Regionais respondentes informam compor o referido Fórum, enquanto 31,3% manifestam pela não composição do espaço. Quanto à composição deste espaço, os Regionais informam que a participação ocorre por meio das reuniões, em âmbito regional e nacional, na composição da coordenação do Fórum Regional, bem como na realização da mobilização, articulação e atividades, considerando que há Fóruns regionais desarticulados. A esse respeito é fundamental apontar a rearticulação e fortalecimento dos Fóruns Regionais, assim como a disseminação das diretrizes nacionais do Fórum, nas quais os CRESS constam na composição destes espaços. Tais diretrizes constituem um desafio de fortalecimento da participação e periodicidade dos encontros, pauta que comparece na

agenda política do Fórum Nacional.

Com relação às pautas emergentes frente às particularidades regionais e os desafios para o debate do trabalho e da formação profissional, os Regionais respondentes indicaram como pautas prioritárias: o ***Estágio Supervisionado em Serviço Social*** (supervisão de estágio por prestador de serviço, pejetização e a supervisão de estágio no contexto da precarização do mundo do trabalho; a mercantilização do processo de supervisão de campo; supervisão de estágio remoto), ***as Residências e a Formação em Serviços no âmbito do Serviço Social*** (a precarização da Residência em Saúde Multiprofissional; os novos formatos de residência e residência técnica), ***o Estágio em Pós-graduação*** (ampliação e aprofundamento do debate sobre o estágio de pós-graduação em serviço social, já em curso em algumas regiões, especialmente no âmbito do sociojurídico), ***a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*** (a luta antirracista e a necessidade de imersão do debate étnico-racial na formação, ensino, pesquisa e extensão em Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação; a Lei de Cotas e ações afirmativas e política de permanência nas Universidades; ações de combate ao racismo institucional), ***a Curricularização da Extensão*** (a implementação da curricularização em Serviço Social respeitando diretrizes ABEPSS; estrutura da curricularização com debate ampliado entre discentes, docentes e colegiados dos cursos), ***o Enfrentamento ao Neoconservadorismo*** (necessidade de reafirmar direção crítica do Projeto Ético-Político (PEP), considerando

movimentos conservadores em curso na profissão, tanto no âmbito teórico e produção de conhecimento, quanto no exercício profissional), **a Educação Permanente** (ampliação da oferta de Formações de Educação Permanente, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento intelectual, técnico e político das e dos assistentes sociais), **as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais** (incidência em ações estratégicas com a categoria para a garantia do piso salarial e melhores condições de trabalho da/do assistente social) e o **Enfrentamento à Precariedade e Mercantilização do Ensino** (o enfrentamento a Cursos irregulares; enfrentamento a ampliação do ensino EAD; incidência frente ao fechamento dos cursos presenciais de serviço social; incidência na redução curricular das UFAs).

Importante se faz ressaltar que o mapeamento realizado junto aos Regionais foi apresentado à categoria e às entidades representativas da profissão em reunião ampliada do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, realizada em 31 de março de 2023, na cidade de Fortaleza-CE. Nesta ocasião estiveram presentes 88 participantes, dentre conselheiras/os do Conjunto CFESS/CRESS, Agentes Fiscais, representantes da ABEPSS, representantes da ENESSO, assistentes sociais de base e estudantes. Após a apresentação do mapeamento, a plenária indicou que as informações prestadas e prioridades indicadas pelos Regionais expressam o atual cenário do debate da formação e do trabalho no conjunto CFESS/CRESS, bem como apontam os desafios a serem enfrentados, com indicativo de incorporação das pautas

como diretrizes para o debate das comissões de trabalho e formação nos CRESS e pelos Fóruns Regionais. Também se indicou que um dos temas prioritários apontados no mapeamento fosse eleito para acompanhamento anual, envolvendo as entidades representativas numa perspectiva de mobilização e organização coletiva.

Sinalizou-se ainda que, como já indicado em reuniões anteriores do Fórum Nacional, diversas pautas que anteriormente pertenciam ao Conjunto CFESS/CRESS foram remetidas ao Fórum Nacional e o mapeamento explicita tal afirmação. Também se destacou que os dados do mapeamento coadunam com o planejamento da ABEPSS e sinalizam desafios no âmbito das reconfigurações da formação profissional, que impactam no exercício profissional e, nesse sentido, indicaram a contribuição da ABEPSS na discussão dos temas que foram apontados pelos Regionais como desafios, inclusive algumas temáticas como produções já publicadas. Foi ressaltado que a participação das/os discentes nos espaços que debatem a formação constitui um imenso desafio e, por isso, apresentam a relevância da participação da ENESSO em compor o planejamento das entidades representativas, no sentido de alinhar as temáticas do Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS com o MESS (Movimento Estudantil em Serviço Social). Em termos de encaminhamento da referida reunião ampliada foi pactuado que os dados do mapeamento fossem encaminhados aos CRESS e Fóruns Regionais, a fim de que fossem apreciados e após seriam definidas as prioridades de incidência frente à realidade regional.

Posteriormente, o mapeamento também foi apresentado às/aos participantes da Reunião Presencial do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, que ocorreu em 27 de outubro de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife (PE), integrando a programação da Oficina Nacional da ABEPSS, cuja discussão ensejou na proposta de Revisão “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior”, cujo processo abordaremos a seguir.

3. Reatualização do Plano de Lutas do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade em Serviço Social

O Plano de Lutas do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social é um documento construído e aprimorado coletivamente ao longo dos anos, que contribui com a orientação de ações coletivas e particulares das entidades participantes com vistas a fortalecer estratégias com o objetivo de engendrar uma grande movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissionais.



O Plano de lutas 2008 teve sua primeira versão produzida pelo Grupo de Trabalho: Trabalho e Formação Profissional⁵ e foi denominado Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior sendo apresentado pelas três entidades representativas: Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO em abril de 2009.

Após a incorporação das ações discutidas e aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS, referentes à temática da formação e trabalho em Serviço Social nos Encontros Nacionais de 2007 e 2008, a versão final do Plano de Lutas foi divulgada em dezembro de 2008. As atividades e o cronograma do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior foram organizados por eixos estruturantes, tais como: (i) Eixo de Ações Relativas à Política Nacional de Fiscalização; (ii) Eixo de Ações de Estudos e Pesquisas; (iii) Eixo de Ações de Articulação com Entidades, Movimentos Sociais e Conselhos; (iv) Eixo de Ações Junto ao MEC; (v) Eixo de Ações Junto ao Poder Legislativo; (vi) Eixo de Ações Jurídicas; (vii) Eixo de Ações de Comunicação e Mobilização. Para cada eixo

5 O Grupo de Trabalho: Trabalho e Formação Profissional foi constituído em cumprimento à deliberação 1-F, do Eixo Formação, aprovada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2018 na cidade de Brasília. Sua composição foi definida por meio da Portaria CFESS n. 25, de 03/11/2008, sendo composto por três conselheiras do CFESS (Ivanete Salette Boschetti, Rosa Helena Stein, Sâmbara Paula Francelino Ribeiro) e 5 conselheiras dos CRESS indicados no referido Encontro Nacional (Região Sul: CRESS 11a – Jucimeri Isolda Silveira; Região Norte: CRESS 25a – Eutália Barbosa Rodrigues, substituída pela Conselheira Rita de Cássia Morais da Silva Vieira a partir de 2009; Região Sudeste: CRESS 9a – Marlene Merisse; Região Nordeste: CRESS 14a – Rivânia Lúcia Moura de Assis; Região Centro-Oeste – CRESS 19a – Neimy Batista, substituída pela Conselheira Maria Conceição Sarmiento Padial Machado a partir de 2009. E duas representantes da ABEPSS: Elaine Rossetti Behring e Marlene Teixeira Rodrigues.



foram descritas as ações, atividades, responsabilidades e prazos.

Na esteira do movimento da realidade concreta, o GT, atento às pautas contemporâneas, atualizou o documento e produziu a segunda versão em 2011, mantendo os eixos estruturantes da versão do ano de 2009 e adicionando novas ações. A terceira versão de 2017, teve como principal característica a alteração dos eixos, sendo modificados para:

- I.** Enfrentamento da precarização da formação via ead e cursos de extensão;
- II.** Fiscalização do exercício profissional da formação: estágio supervisionado;
- III.** Educação permanente;
- IV.** Avaliação das condições de formação e trabalho docente.

Sendo o documento uma importante referência para o desenvolvimento de ações no compromisso das entidades com as lutas em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social, a coordenação colegiada do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social (2022/2024), composta por representantes do Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO, e pelo CRESS coordenador (CRESS 11ª Região PR), fomenta, juntamente com os Conselhos Regionais de

Serviço Social, ABEPSS e Enesso, a proposta de revisão e atualização do documento, na perspectiva de sintonizá-lo à conjuntura atual das pautas e demandas em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social.

Para atingir tal objetivo, a coordenação colegiada definiu como estratégia a construção de um instrumento que compilou as pautas e bandeiras de lutas das três entidades: Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, por meio das deliberações do Conjunto CFESS CRESS aprovadas no 50º Encontro Nacional realizado em setembro de 2023 em Brasília-DF. O instrumento concentrou propostas de ações vinculadas a sete temas gerais, sendo: (i) Supervisão em estágio em Serviço Social, (ii) Atribuições privativas e requisições indevidas, (iii) Divulgação de posicionamento das entidades sobre precarização ensino superior; (iv) Fórum de Formação e Trabalho com Qualidade em Serviço Social, (v) Formação antirracista, anticapacitista, antiLGBTI+fóbica, antissexista e antietarista (50º Encontro Nacional); (vi) Abertura de novos cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação, também foi agregado ao instrumento o último Plano de Luta em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade e Contra a Precarização de Ensino (Grupo de Trabalho de Formação CFESS, 2017).

Na Oficina Nacional da Abepss realizada em 27 a 29 de outubro, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi realizado o resgate histórico do Fórum, avaliação de suas ações e o

indicativo de reatualização do Plano de Lutas, sendo aprovado por unanimidade na Reunião Ampliada do Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade em Serviço Social. Já em 15 de Janeiro de 2024, por meio do ofício 001/24 o Fórum Nacional oficiou os Conselhos Regionais e o Federal de Serviço Social, orientando-os quanto à proposta e metodologia de revisão, para que as entidades, por meio de suas representações regionais, pudessem articular os Fóruns Regionais em Defesa do Trabalho e Formação com Qualidade em Serviço Social com vistas a debaterem as pautas previstas no Plano de Lutas e os indicativos de cada região para o processo de revisão. Para tanto, foi indicado o uso de um instrumental de referência que foi organizado por eixos, contendo dados já incorporados e amadurecidos no debate da reunião ampliada nacional realizada em Recife-PE. A solicitação de contribuições foi reiterada por meio de ofício 002/24, em 07 de março de 2024 e obteve como retorno as contribuições de três regiões do Brasil, das cinco regionais organizadas, acrescidas das contribuições do CFESS.

Em posse das contribuições, a coordenação colegiada ponderou sobre os aspectos de finalidade do documento Plano de Lutas, especialmente na preocupação de que este não se configure como mais uma instância de execução das deliberações das entidades. Considera-se, especialmente a partir das contribuições do CFESS, a importância de que a proposta do Plano de Lutas possua uma característica mais ampla e que cumpra o papel de registrar o objetivo geral do Fórum Nacional, que perpassa a articulação e fortalecimento

da luta coletiva da categoria profissional de Assistentes Sociais, no desenvolvimento de ações que vinculam o trabalho e a formação das/dos assistentes sociais com vistas à defesa de uma educação de qualidade. Tal proposta atenderia à característica de ser mais enxuta na definição de ações estratégicas em quatro eixos estruturais que correspondem aos temas: (i) Supervisão de Estágio em Serviço Social; (ii) Enfrentamento da precarização da formação e do trabalho; (iii) Residências Multiprofissionais; (iv) EAD.

4. Considerações Finais

Nas ações executadas pelo Fórum, em 2024, uma das frentes principais é a de revisão do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional e Contra a Precarização do Ensino Superior, que tem por objetivo fortalecer uma grande movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissional, tendo o subsídio do Mapeamento como uma relevante contribuição.

Buscamos neste artigo analisar as estratégias de organização dos Fóruns Regionais e locais. No âmbito da coordenação do Fórum Nacional sistematizamos, para além das demandas supramencionadas, demais pautas que se apresentaram pertinentes à temática do trabalho e da formação profissional, considerando as especificidades regionais, mas, que dados os limites não fora possível

aprofundarmos, como o espaço de comunicação e registro das ações constituídas pelo Fórum, bem como a construção desta brochura, enquanto passo principal para aprofundarmos o nosso engajamento junto à categoria.

Chegamos até aqui, destacando o compromisso deste espaço riquíssimo construído por várias mãos em defesa do trabalho e da formação com qualidade em Serviço Social. Em tempos que nos desafiam à mobilização e organização coletiva, trazer indicadores que nos situam qual a direção queremos para esta profissão é desafiador e ao mesmo tempo satisfatório.

E foi neste sentido que buscamos dar ênfase aos desafios assumidos pela coordenação colegiada do Fórum ao longo dos últimos anos, além do mapeamento que expressa o volume de ações, até então não mensuradas e registradas formalmente, de modo a ser validada pelos partícipes que constroem e partilham da defesa por uma educação antirracista, anticapacitista, antipatriarcal, antissexista, anticapitalista, pública, laica e de qualidade.

Para além do processo de construção e legitimação do Fórum, expressa-se no desenvolvimento deste artigo, os indicadores propostos pelos Fóruns regionais referente à revisão e atualização do Plano de Lutas estão incorporados nos eixos gerais, tendo convergência no compromisso das entidades. Destacamos, que para dar continuidade às ações do Fórum Nacional no cumprimento da proposta de revisão, também foi planejada uma reunião ampliada

nacional para o mês de junho de 2024, tendo como principal pauta, o debate e alinhamento da revisão e reatualização do Plano de Lutas, com a definição de pautas e ações prioritárias, com a participação e contribuições de todas as entidades representativas (Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO) e discussão entre as regiões.

Para a defesa da formação e trabalho de qualidade em Serviço Social e contra a precarização do Ensino Superior no Brasil a luta é árdua, cheia de desafios e percalços, mas a força é conjunta, coletiva e potente! Avante!

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2009.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> Acesso em: 20. mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/da assistente social**, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 mai. de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório do Grupo de Trabalho de Formação**, 2017.

ISBN: 978-65-86322-16-3

CDL



9 786586 322163



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região

ABEPSS
Associação Brasileira de Entidades Profissionais em Serviço Social

